AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 08 | AGOSTO 2015 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

35 Anos AGROANALYSIS

PERSPECTIVAS OCDE-FAO

O Brasil como fornecedor de alimento para o mundo

IMPACTO DA TECNOLOGIA MENOS TRABALHO E MAIS CAPITAL NO CAMPO

ARMAZENAGEM VALE A PENA INVESTIR?

AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO BRASIL DÁ EXEMPLO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POSITIVA

A ECONOMIA brasileira atravessa um momento delicado. Desde o início do ano, o Governo mudou significativamente a orientação da política econômica, promovendo um ajuste fiscal e um aperto da política monetária. Esse processo representa uma clara inversão em relação à estratégia de política econômica do primeiro mandato da presidente Dilma. Frente ao desajuste das contas públicas e à elevação da inflação no País, o Banco Central tem elevado a meta da taxa básica de juros (Selic). Mesmo assim, a meta de superávit foi revisada para baixo.

Apesar de todas essas ações, o Governo se mostra acuado no lado econômico e relativamente incapaz de apontar o que será feito após o ajuste fiscal e o controle da inflação para a retomada do crescimento da economia brasileira. Nesse sentido, cresce a percepção de que o quadro de recessão poderá ser mais longo, levando a um crescente desânimo do empresariado e dos consumidores, que tendem a retrair ainda mais os investimentos e o consumo. O Governo deve urgentemente criar uma agenda econômica positiva para os próximos anos, procurando reverter essa situação.

No mercado de trabalho, o setor agropecuário tem mostrado um comportamento distinto do restante da economia: por um lado, a população ocupada está encolhendo (como nos demais setores), mas, por outro, o salário médio está crescendo. Com o aumento dos preços dos demais itens de custos (frete, energia elétrica, óleo diesel etc.), a margem dos produtores estreita-se e limita a sua capacidade de acompanhar a subida dos salários. Como solução, os produtores investem em tecnologias mais intensivas em capital do que em trabalho. A demanda por mão de obra fica menor, porém mais qualificada. Com isso, observa-se, por um lado, uma redução da população ocupada no setor e, por outro, um aumento na contratação de trabalhadores formais e um aumento do salário médio pago.

Em julho último, foi lançado, em evento na sede da FGV Projetos em São Paulo, o relatório "Perspectivas Agrícolas 2015-2024", elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O Brasil foi o foco principal do trabalho. Nos próximos trinta anos, o País poderá aumentar a produção de grãos para 750 milhões de toneladas apenas recuperando áreas degradadas. Não obstante, para se tornar o maior fornecedor mundial de alimentos, muitos desafios terão de ser enfrentados, como, por exemplo, na oferta de crédito rural, no acesso a educação e tecnologia por pequenos e médios produtores, na melhoria da infraestrutura logística e na abertura de novos mercados internacionais para carne e outros produtos estratégicos.

Nesse cenário, o fomento à armazenagem da produção agropecuária nas propriedades rurais é uma das prioridades do Governo, que lançou, em 2013, o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), com linhas de financiamento específicas. Estima-se que, na safra 2014/15, o déficit de espaço para armazenagem da produção foi de aproximadamente 60 milhões de toneladas. A análise sobre a viabilidade do investimento indica que os custos para a construção de um armazém com capacidade para 30 mil toneladas, visando apenas à

prestação de serviços de armazenagem, seriam pagos entre cinco e dez anos. Para um produtor de grãos que possui escala, o retorno seria ainda maior, pois, além de possibilitar que a comercialização da safra seja feita de forma gradual, aproveitando a melhor oportunidade de preço, não haveria o pagamento de taxas de armazenagem e outros custos. Haveria, ainda, a possibilidade de prestação de serviços para terceiros, como secagem e armazenagem.

Entre os anos de 2004 e 2014, a demanda mundial por suco de laranja caiu 15,3%. No grupo dos quarenta países que somam mais de 99% do consumo global, a demanda despencou 0,4 milhões de toneladas. Para o campo brasileiro, pode-se dizer que o mundo demanda menos 92 milhões de caixas de laranja na forma de suco, ou 32% da atual safra, estimada em 279 milhões de caixas de 40,8 quilos. Esses dados constam no mais recente estudo divulgado pela Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), que observa o comportamento do mercado mundial de suco de laranja.

Na seção Abre Aspas, a entrevista com Eduardo Assad trata da reversão da emissão de gases do efeito estufa (GEE) pela agropecuária brasileira. As boas práticas de produção, como o sistema de plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta, podem ser apontadas para a explicação desse fato. Em que se pese o tamanho gigantesco do território nacional, esse resultado serve de referência mundial.

Por fim, nos cadernos especiais, um dos destaques vai para a premiação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que, em sua 18ª edição, adotou o nome Prêmio Defesa Vegetal, sob o tema 'Educando o campo para cultivar o futuro'. O objetivo é homenagear profissionais, companhias e entidades que promovam a Defesa Vegetal, além de estimular boas práticas agrícolas e o uso seguro de tecnologias, como defensivos agrícolas. Outra referência é a 6ª edição do Fórum e Exposição da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), que teve como tema principal 'O Novo Patamar de Produtividade que os Fertilizantes Especiais oferecem à Agricultura'. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
EDUARDO ASSAD
O BRASIL ESTÁ DANDO AULA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
DESAFIO CRESCENTE

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA MERCADO DE TRABALHO NO SETOR AGROPECUÁRIO
FALSA CONTRADIÇÃO

21 LARANJA
POR QUE O MUNDO BEBE MENOS SUCO

23 CAPA PERSPECTIVAS AGRÍCOLAS DA OCDE-FAO
O BRASIL COMO FORNECEDOR DE ALIMENTO PARA O MUNDO

27 DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
AS REAVALIAÇÕES E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

28 POLÍTICA AGRÍCOLA

28 CAPA INVESTIMENTO RURAL
PROGRAMA PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉNS

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 ESPECIAL ABISOLO
VI FÓRUM E EXPOSIÇÃO ABISOLO

39 ESPECIAL ANDEF
PRÊMIO DEFESA VEGETAL

45 ESPECIAL GIG
QUEM TEM BOCA VAI A MILÃO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ABC: PROGRAMA CAMPEÃO

47 PRODUZIR
MUITO ALÉM DE PARIS

48 OPINIÃO
ENERGIA RENOVADA PARA UMA VIDA MELHOR

49 REFLEXÃO
TEMPO DE MUDAR

50 ESTATÍSTICA

O BRASIL ESTÁ DANDO AULA

EDUARDO ASSAD

COLABORADOR DO OBSERVATÓRIO ABC, PESQUISADOR DA EMBRAPA, PROFESSOR DO GV AGRO E MEMBRO DO COMITÊ CIENTÍFICO DO PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PBMC)

POR PAULO ROQUE

No início do mês de julho, o Observatório ABC lançou o estudo "Invertendo o Sinal de Carbono da Agricultura Brasileira", que, além de estimar o potencial de redução de emissões do uso de tecnologias previstas no Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) de 2012 a 2023, concluiu que a agropecuária pode tornar-se o principal setor na mitigação de emissões. Considerado uma das principais autoridades brasileiras em mudança de climáticas, o professor Eduardo Assad indica quais os caminhos e, principalmente, o papel do pecuarista para que isso seja possível. Com relação às medidas para reduzir emissões de CO_2, ele destaca que "saímos na frente e somos protagonistas".



AGROANALYSIS: DÁ PARA ACREDITAR QUE A AGROPECUÁRIA SERÁ O PRINCIPAL SETOR NA REDUÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO BRASIL?

EDUARDO ASSAD: Sim. Na agropecuária brasileira, analisamos dois grandes pontos que existem no inventário de gases do efeito estufa: em primeiro lugar, a fermentação entérica do boi e, em segundo, a emissão provocada pelos fertilizantes. Os dois têm peso equivalente. Quanto ao fertilizante, não conseguimos substituí-lo rapidamente, de uma hora para outra. Aliás, consegue-se devagar, com bactérias fixadoras de nitrogênio, com adubos organominerais e algumas leguminosas. Na pecuária, não: o problema é a fermentação entérica, é o metano emitido pelo boi. Isso, visto de maneira isolada, só o boi emite, mas ninguém analisa o sistema. Quando se analisa o sistema, percebe-se que o bom pasto retira, em termos de CO_2, o equivalente àquilo que o boi emite. Se o pecuarista fizer um bom manejo do pasto e adotar as boas práticas agrícolas, esta emissão por fermentação entérica é reduzida. Aí, sim, a pecuária brasileira pode ser o principal responsável



PODE O OBSERVATÓRIO ABC SER ACUSADO DE OTIMISTA PELOS CRÍTICOS, EM SEU RECENTE ESTUDO SOBRE A INVERSÃO DAS EMISSÕES?

EA: Quando fizemos a primeira projeção da possibilidade da redução de emissões, em 2009, para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Copenhague, grupos do Brasil, inclusive do agronegócio, chamaram-nos de otimistas e diziam que os nossos números eram irreais. A Ciência avançou, e, aos poucos, fomos mostrando que podia ser um pouco mais do que aquilo projetado no início. Por outro lado, quando o Observatório ABC foi criado, em 2011/2012, fomos acusados de pessimistas e foi dito que a pecuária poderia reduzir muito mais. Os números estão aí; não trabalhamos com "achismo", mas com ciência: tudo que mostramos podemos comprovar cientificamente.

SUPERAMOS A IMAGEM NEGATIVA DO DESMATAMENTO E DA QUEIMADA DE EXTENSAS ÁREAS?

EA: Aos poucos, sim. E estamos mostrando que é possível. Por exemplo, quando houve o embargo aos municípios desmatadores, os produtores começaram a trabalhar com tecnologia e a melhorar a eficiência em intensificação produtiva, principalmente na Amazônia. Hoje, alguns resultados interessantes mostram que, em áreas onde o desmatamento está reduzindo, a produção pecuária aumenta. Estamos, numa mesma área, produzindo mais carne por hectare, sem desmatamento. Obviamente que existe aí desmatamento ilegal, e este deve ser punido severamente.

> “MINHA PREOCUPAÇÃO É COM RELAÇÃO AO PONTO DE VISTA DO AGENTE FINANCEIRO, QUE ESTÁ MUDANDO LENTAMENTE; ELE PRECISA ANDAR MAIS RÁPIDO.”

OS SISTEMAS INTEGRADOS DE PECUÁRIA-LAVOURA-FLORESTA JÁ ESTÃO DISSEMINADOS NO PAÍS?

EA: Não. Ainda temos um longo trabalho pela frente. Podemos dizer que começou. Temos 3,0 milhões a 3,5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, e acho que poderemos ter muito mais. Em Copenhague, nossa projeção era para 4 milhões de hectares, mas acho que é um processo irreversível. No momento em que estamos falando em sequestrar carbono, aumentar eficiência, produzir o ano inteiro, é óbvio que essa prática vai ser mais disseminada e as culturas solteiras vão dar lugar aos sistemas integrados – carne, grão e fibra. Em 1970, começou-se uma discussão sobre o plantio direto. Era utilizado em 100 mil a 150 mil hectares. Atualmente, são 30 milhões de hectares. E a integração lavoura-pecuária provavelmente deve ter este mesmo destino, espero, nos 150, 160 milhões de hectares de pastos.

QUAIS MUDANÇAS O PROGRAMA DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (ABC) DEVERIA TOMAR?

EA: Do ponto de vista técnico, fortalecer mais a disseminação da informação e o treinamento, o que não é uma coisa fácil, porque você deixa de falar em produto, uma cultura solteira, que dura de 120 a 140 dias para produzir, e passa a falar em sistema de produção, em que são dois, três, quatro anos para produzir. Minha preocupação é com relação ao ponto de vista do agente financeiro, que está mudando lentamente; ele precisa andar mais rápido. Isso é absolutamente normal quando se muda o sistema, mas é bom que o agente financeiro se atualize. Temos um sistema bancário moderno, superágil em diversas facetas, mas, na agricultura, ele está precisando ser um pouco mais ágil, liberar os recursos mais rapidamente.

COMO MONITORAR O PROGRAMA ABC NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA?

EA: Em primeiro lugar, a região da Amazônia, os estados da região Norte são os que menos aderiram ao Programa ABC. Como são poucas as adesões, não é difícil monitorar. Em segundo lugar, temos todo um procedimento já estabelecido, em termos de acompanhamento – imagens de satélite, condições de verificação de campo etc. –, que pode ser colocado em prática, tanto na Amazônia, quanto em todo o Brasil. Precisa-se colocar isso em prática. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem um laboratório financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Veja bem: o MMA que financiou um laboratório para monitoramento das emissões de gases do efeito estufa na agricultura ABC; olha como Brasil está mudando. Agora, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), junto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), tem que criar as condições de governança deste laboratório, deste sistema. A Embrapa já fez o dever de casa, mas é preciso que o MAPA e o MDA organizem isso para que comecemos a monitorar. É possível, não é difícil, a tecnologia existe, e temos condições de fazer.

> “TEMOS QUE MUDAR NOSSA MATRIZ, E A AGRICULTURA TEM QUE SER MENOS DEPENDENTE DO PETRÓLEO.”

A AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS TOMA MEDIDAS PARA REDUZIR SUAS EMISSÕES?

EA: Começou, mas é recente. Começaram a surgir algumas coisas importantes. Mas, do ponto de vista energético, é negativo: gastam mais energia do que produzem; são totalmente dependentes de insumos, de nitrogênio e petróleo. Os EUA estão vendo que é preciso buscar um equilíbrio, e, quando falam nisso, é importante que todo mundo entenda, porque trata-se do país que puxa toda a economia, puxa o que está acontecendo. Mas, diria que o Brasil, nesse quesito de emissões na agricultura, está dando aula.

ISSO SIGNIFICA QUE SAÍMOS NA FRENTE?

EA: Saímos na frente e somos protagonistas. O mundo inteiro olha para o Brasil e para a sua agricultura. Nós criamos, em 2010, um Plano Nacional de Mudança do Clima, uma lei, um Plano Setorial de Baixa Emissão de Carbono, boas práticas agrícolas, estamos incentivando fixação biológica de nitrogênio, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pasto. Enfim, num país imenso como este, tudo tem dimensões gigantescas, e, quando começamos a fazer essas coisas funcionarem, significa que a nossa capacidade de sequestrar carbono ou fixar o carbono no solo é imensa. Somente com duas práticas da agricultura ABC já conseguimos fixar 110 a 120 milhões de toneladas de CO_2 de uma vez somente nos pastos degradados, sem contar a melhoria dos outros pastos. Estamos falando de 170 a 180 milhões de hectares de pastos – as dimensões são enormes –, 200 milhões de cabeças; reduzimos o tempo de abate e a emissão, conseguimos maior eficiência dos rebanhos e aumentamos o ganho de peso.

ISSO SIGNIFICA QUE O BRASIL TERÁ UM TRUNFO NA CONFERÊNCIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE PARIS NO FINAL DO ANO?

EA: Acho que tem mais do que um trunfo. Não podemos deixar que a concentração de CO_2 atinja 450 partes por milhão; hoje, nós estamos com 400 partes por milhão. A partir dos 450, as coisas começam a entrar num patamar em que não sabemos direito o que vai acontecer e corremos o risco de chegar em torno dos famigerados 2° de temperatura do Globo, sem controle. Hoje, nós estamos com 400, com uma taxa anual de 2,5 partes por ano; em vinte anos, chegaremos a 450. Ou tomamos algumas providências no sentido de reduzir isso, ou vamos entrar num processo muito complicado de adaptação, tendo que nos adaptar com coisas que ainda desconhecemos. Então, a agricultura tem o seu papel, e a redução de combustível fóssil e a mudança do modelo energético também têm seu papel. Temos que mudar nossa matriz, e a agricultura tem que ser menos dependente do petróleo. Esses são os grandes desafios nos próximos trinta anos, porque, se todos esses itens de que falei não forem atacados, vamos atingir os 450/500 partes por milhão, e aí o processo do aquecimento fica irreversível. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



ALF RIBEIRO

Temos boas experiências em conservação de solo no País, como o caso do plantio direto, mas também temos 30 milhões de hectares degradados, e isso porque não sabemos usar bem a terra. O grande desafio está em multiplicar as boas experiências no setor para reverter esse quadro.

ALAN BOJANIC, representante da FAO/ONU no Brasil, ao participar da abertura do Simpósio do Ano Internacional dos Solos e do encontro para a criação do Fórum Permanente de Governança do Solo, na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no Rio de Janeiro-RJ

Atualmente, compramos trigo de países que não têm comércio intenso com o Brasil, como o Canadá. Vamos mudar isso e priorizar os mercados que nos oferecem reciprocidade, como é o caso da Rússia, um dos principais destinos de carnes bovina, suína e de aves.

KÁTIA ABREU, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em teleconferência com jornalistas, durante visita à Rússia para reunião do BRICS

Pelo segundo ano consecutivo, o milho salvou a renda do produtor.

ANDRÉ PESSÔA, sócio-diretor da AGROCONSULT, ao apresentar, em São Paulo, os resultados da etapa Safrinha do Rally da Safra 2015

Pudemos assistir a experiências da China, da Noruega, do Reino Unido e da Oceania e estamos na frente de todos nas linhas que o Plano ABC propõe. O pessoal que veio até aqui levará a mensagem de que o Brasil consegue produzir gado sem agredir o meio ambiente.

DACIO CARVALHO, coordenador de Assistência Técnica do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) no Pará e multiplicador do Projeto Capacita ABC, ao participar do Congresso Mundial sobre Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, em Brasília-DF

A produção brasileira de grãos deve aumentar quase 60 milhões de toneladas até o final dos próximos dez anos. A safra do País passará de 200,7 milhões de toneladas, em 2014/2015, para 259,7 milhões de toneladas, em 2024/2025.

Estimativas apresentadas na publicação "Projeções do Agronegócio – Brasil 2014/2015 a 2024/2025", elaborada pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

O Plano ABC é a iniciativa mais ambiciosa para a mitigação de mudanças climáticas na agropecuária tropical, mas é preciso aprimorá-lo (...). Não é apenas um programa de produção, mas confere competitividade à nossa agropecuária e tem uma contribuição importante a dar para a redução das emissões de carbono e do efeito estufa.

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), sobre o estudo "Invertendo o sinal de carbono da agricultura brasileira", com propostas para a revisão do Plano ABC, produzido pelo Observatório ABC por meio de consulta pública e da contribuição de instituições envolvidas com a agenda sustentável da agricultura brasileira de baixa emissão de carbono

As políticas públicas devem deixar mais claro o efeito dos combustíveis fósseis sobre as alternativas limpas. Precisamos discutir a importância dos biocombustíveis em relação à mudança climática e os investimentos na competitividade do setor de açúcar e etanol no cenário macroeconômico atual.

ELIZABETH FARINA, diretora-presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), durante o Ethanol Summit 2015, evento realizado em São Paulo-SP

MACROECONOMIA

DESAFIO CRESCENTE

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ECONOMIA brasileira atravessa um momento delicado em 2015. Desde o início do ano, o Governo mudou significativamente a orientação da política econômica, promovendo um ajuste fiscal e um aperto da política monetária. Esse processo representa uma clara inversão em relação à estratégia de política econômica do primeiro mandato da presidente Dilma, que levou a um desajuste das contas públicas e a uma elevação do patamar de inflação no País nos últimos anos.

Em função disso, o Banco Central (BC) tem elevado sistematicamente a meta da taxa básica de juros – Selic – nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) realizadas no primeiro semestre do ano. Ao mesmo tempo, o Ministério da Fazenda implementou um conjunto de medidas de âmbito fiscal visando a um ajuste das contas públicas e um superávit primário neste ano superior a 1% do PIB.

Os efeitos resultantes dessas medidas no conjunto da economia brasileira são claramente recessivos. De um lado, os aumentos de impostos e os cortes de gastos do Governo e, de outro lado, o aumento da taxa de juros têm efeitos de desacelerar o ritmo da demanda agregada, levando a um aumento do nível de estoques na economia, com consequentes redução da produção e aumento do desemprego.

Infelizmente, não havia muito que o Governo pudesse fazer de diferente nesse momento, além de proceder a um ajuste de caráter recessivo. A inflação atingiu patamar perigosamente elevado, e sua eventual permanência neste nível por muito tempo eleva o risco de um aumento da indexação



ISTOCKPHOTO

da economia brasileira. O rompimento do ritmo de alta dos preços na nossa economia se tornou premente, fato reconhecido pelo governo brasileiro em fins do ano passado e início de 2015. O BC poderia ter sido mais contundente nesse processo no primeiro semestre do ano, tentando promover uma convergência mais rápida da inflação para o centro da meta estabelecida. A opção pelo gradualismo do Banco Central no que se refere à política monetária, no entanto, deveu-se, em grande medida, ao deteriorado ambiente político no período.

A recessão em curso no País, no entanto, impõe novos e crescentes desafios à equipe econômica. A queda no PIB ao longo de 2015 tem claros efeitos sobre a arrecadação do Governo. De fato, a desaceleração do ritmo da atividade econômica no Brasil no ano está superior ao esperado, levando a um desemprego maior do que o projetado. Logicamente, essa dinâmica econômica tem levado a sucessivas frustrações de receitas do lado da arrecadação, tornando o cumprimento da meta fiscal para 2015 cada vez mais difícil de ser atingido. Ciente disso, o Ministério do Planejamento já sinalizou que seria interessante flexibilizar a meta fiscal, criando um intervalo de tolerância para a mesma.

De qualquer forma, o País entra no segundo semestre do ano com uma percepção de um ambiente econômico bem mais complexo do que o projetado no início de 2015. A constatação desta realidade dificulta cada vez mais o trabalho da equipe econômica. Essas dificuldades tendem a ser amplificadas no atual e conturbado ambiente político do País. A partir disso, medidas que seriam essenciais para a efetivação do ajuste fiscal tornam-se cada vez mais difíceis de serem aprovadas no âmbito do Parlamento. As dificuldades em cortar gastos do lado do Governo também aumentam no contexto desse cenário.

Para piorar o quadro, o Governo se mostra acuado no lado econômico e relativamente incapaz de apontar o que será feito após o ajuste fiscal e o controle da inflação para que a economia brasileira seja relançada e a retomada do crescimento econômico seja estabelecida.

Nesse sentido, começa a se cristalizar a percepção de que a recessão em curso na nossa economia será prolongada, levando a um crescente desânimo do empresariado e dos consumidores, que tendem a retrair ainda mais os investimentos e o consumo.

Desse ponto de vista, o ambiente econômico está cada vez mais difícil para o Governo, que deve urgentemente criar uma agenda econômica positiva para os próximos anos, procurando reverter o quadro atual. ■



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

DECLARAÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS



Documento elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reforça o compromisso na parceria bilateral nas questões de alimentação mundial, com destaque nas áreas de:

• Avaliação de maneira transparente das novas tecnologias baseadas na ciência, com aplicação de medidas comerciais menos restritivas;

• Implantação de medidas menos restritivas ao comércio para melhorar a segurança alimentar, especialmente dos países menos desenvolvidos;

• Identificação de práticas e tecnologias para aumentar a produção, utilizar água de forma eficiente, reduzir a perda de alimentos, construir resiliência para os eventos climáticos e se adaptar às mudanças climáticas.

EUA ABREM MERCADO PARA AS CARNES

Depois de quinze anos de restrição, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) reconheceu o *status* sanitário do rebanho brasileiro, o Final Rule, necessário para a importação do produto. A liberação beneficia quatorze Unidades da Federação – Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins – e abre um mercado potencial de 100 mil toneladas por ano aos frigoríficos nacionais. Ainda falta uma avaliação da equivalência dos programas de sanidade do Brasil em relação aos dos EUA, além de se realizar uma auditoria presencial nos sistemas de segurança alimentar do País.

POLÍTICA NACIONAL DE FLORESTAS PLANTADAS (PNFP)

Até 2020, US$ 53 bilhões representam os investimentos previstos do setor de papel e celulose para aumentar as áreas de florestas plantadas, ampliar a capacidade de produção de madeira das fábricas já existentes e construir novas unidades industriais, de acordo com João Martins, diretor executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). O Brasil conta com 7,2 milhões de hectares de árvores plantadas, num universo de setenta empresas, gerando receita superior a R$ 60 bilhões, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, além de exportações próximas a US$ 8 bilhões, o correspondente a 3% das vendas externas brasileiras em 2013. O País ocupa a quarta posição no *ranking* da produção mundial.

Três desafios para a PNFP

• Transferir técnicas modernas de plantio aos pequenos e aos médios produtores;

• Aumentar a exportação de madeira beneficiada;

• Ampliar pesquisas, disseminar assistência técnica e fortalecer a extensão rural.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

Desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o PSR, iniciado em 2005, proporciona redução de 30% a 70% do custo do seguro para o produtor rural. Até 2010, a liberação dos recursos seguia o cronograma traçado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), mas, depois, começou a haver retardamento. Para 2014, por exemplo, de uma previsão de R$ 668 milhões, uma fatia de apenas R$ 300 milhões foi liberada. Para este ano, o cronograma de liberação soma R$ 368 milhões, um valor acanhado para o tamanho da produção nacional.

CALENDÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DO SEGURO AGRÍCOLA EM 2015

MÊS	CULTURAS	VALOR (MILHÕES)
Maio	Trigo	R$ 90
Maio	Safra de inverno*	R$ 2
Junho	Milho 2ª safra	R$ 60
Agosto	Soja	R$ 60
Agosto	Arroz, feijão e café	R$ 26
Setembro	Soja	R$ 40
Setembro	Pêssego, tomate e pecuária	R$ 20
Outubro	Uva	R$ 25
Outubro	Maçã	R$ 35
Novembro	Milho 2ª safra	R$ 10
Total		**R$ 368**

* Aveia, canola, centeio, cevada e triticale
Fonte: CGSR

PRAGAS NA AGRICULTURA

A entrada e a disseminação de pragas exóticas são um problema crescente para a agricultura brasileira. Nada menos do que 221 espécies quarentenárias podem entrar no País nos próximos anos. Isso representa um grande risco e prejuízos em diversas culturas. Estudos recentes apontam uma perda média anual de até 7,7% da produção agrícola brasileira, equivalente a 25 milhões de toneladas e correspondente a R$ 55 bilhões, devido ao ataque de moscas, lagartas e outras doenças que atacam as plantas.
No mundo, estima-se que as perdas da agricultura devido aos ataques de pragas cheguem ao valor impressionante de US$ 1,4 trilhão, ou quase 5% do PIB mundial. Esses números fazem parte do livro "Defesa Vegetal - Fundamentos, Ferramentas, Políticas e Perspectivas".

Nos últimos dez anos, os produtores brasileiros gastaram cerca de US$ 25 bilhões somente para combater duas pragas: a mosca branca e a ferrugem asiática. Apenas o surgimento da lagarta *Helicoverpa armigera* em 2013 provocou perdas de US$ 2 bilhões, já no primeiro ano. José Perdomo, presidente da CropLife Latin America, afirma que "são investidos US$ 7,5 bilhões por ano no desenvolvimento de sementes mais resistentes e em defensivos mais eficazes".

ABPA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL

MAIS EXPORTAÇÃO DE FRANGO

As exportações de carne de frango do Brasil deverão crescer 5% em 2015, com embarques de 4,3 milhões de toneladas. Este número é recorde. O País ganha espaço no mercado internacional, após importantes países consumidores colocarem restrições às importações do produto norte-americano, devido ao surto virulento de gripe aviária no coração da sua região avícola. Outra notícia importante para o setor foi a abertura dos mercados da Malásia, do Paquistão e de Myanmar.



ISTOCKPHOTO

MAIS ENERGIA RENOVÁVEL

Até 2040, o Brasil atrairá US$ 300 bilhões em investimentos para geração de energia elétrica, sendo que quase 80% desta cifra irão para projetos solares (US$ 125 bilhões), eólicos (US$ 84 bilhões) e de biomassa (US$ 26 bilhões), segundo o que prevê o estudo New Energy Outlook 2015 (NEO), feito pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF). A capacidade de geração passará de 183 GW (gigawatts) para 383 GW, enquanto a participação das renováveis (eólica, solar e biomassas) saltará de 14% para 51%.

ISTOCKPHOTO



BULA DE DEFENSIVOS PARA *MINOR CROPS*

A instrução normativa que trata do registro de defensivos para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI), conhecidas como *minor crops*, acaba de completar um ano. Neste período, mais de 350 culturas incluíram-se na bula de produtos inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas e bactericidas. Isso resultou em mais de 700 indicações de alvos biológicos a serem controlados pelos defensivos. Também foram definidos mais de 500 Limites Máximos de Resíduos (LMR) para diversas culturas.

PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÃO (PNE)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), enquanto o Brasil possui a sétima maior economia do mundo, ocupa a 25ª posição no *ranking* de países exportadores. As vendas externas brasileiras recuaram nos últimos três anos consecutivos. Pesquisa conduzida pelo Banco Central indica que as exportações brasileiras devem avançar para US$ 215,8 bilhões, em 2016, para US$ 230 bilhões, em 2017, e para US$ 252,4 bilhões, em 2018. Para isso, o Governo anuncia o Plano de Exportação com base em cinco pilares:

ISTOCKPHOTO



- Acesso a mercados, por meio da remoção de barreiras;
- Promoção comercial;
- Desburocratização dos processos aduaneiros;
- Financiamento às exportações – Programa de Financiamento às Exportações (Proex), BNDES Exim e o seguro de crédito à exportação;
- Aperfeiçoamento de mecanismos e regime tributários (reforma do PIS e a da COFINS).



REDUÇÃO NOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Os líderes do G7, as sete nações mais industrializadas do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido), concordaram em diminuir a dependência de suas economias em relação aos combustíveis emissores de carbono. Este acerto significa apoio a uma meta global, sem estabelecer números imediatos e vinculantes para os países. O comunicado emitido pelo G7 registra um corte global na emissão dos gases do efeito estufa de 40% a 70% (mais próximo da faixa mais alta), até 2050, tomando o ano de 2010 como base.

ABRASEM

BENEFÍCIOS DOS TRANSGÊNICOS

Em dezoito anos de lavouras plantadas com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), o Brasil teve "benefícios econômicos de US$ 29,3 bilhões", de acordo com estudo sobre os impactos econômicos e socioambientais da Biotecnologia na agricultura realizado pela Céleres para a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM). Para os próximos dez anos, a projeção é de mais economia, considerando que a Biotecnologia deve poupar US$ 61,1 bilhões. Este cálculo refere-se à área adicional que deveria ser semeada se não existissem os transgênicos.



DICOM

AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
de 27 de julho a 13 de novembro de 2015
www.fgv.br/eesp/escolhaseucurso

FGV EESP

MERCADO DE TRABALHO NO SETOR AGROPECUÁRIO

FALSA CONTRADIÇÃO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

AO FINAL do primeiro semestre deste ano, ficou clara a deterioração das condições do mercado de trabalho brasileiro:

• Encolhimento (-0,73%) da população ocupada (número de pessoas que encontraram uma oportunidade no mercado de trabalho, seja formal ou informal);

• Aumento (6,7%) da taxa de desocupação (fração da força de trabalho que está procurando uma oportunidade no mercado de trabalho, mas ainda não encontrou);

• Queda (-2,0%) do rendimento médio real das famílias.

Essa dinâmica tem sido fortemente influenciada pela grave crise da indústria nacional e pela retração do setor de serviços. Já no setor agropecuário, o mercado de trabalho tem apresentado um comportamento distinto: enquanto a taxa de desocupação aumenta, tal qual no restante da economia, o rendimento médio tem crescido mais intensamente do que nos demais setores econômicos. À primeira vista, isso pode parecer uma contradição, mas, na verdade, não há qualquer contradição nesses números.

O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR AGROPECUÁRIO

Por muito tempo, não foi possível acompanhar adequadamente a evolução do mercado de trabalho no setor agropecuário, pois a principal pesquisa sobre emprego e desemprego do IBGE, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), coleta dados somente em seis Regiões Metropolitanas, onde as atividades agropecuárias têm uma participação pequena no PIB.

Essa situação mudou a partir da divulgação de uma nova pesquisa, também do IBGE, sobre o mercado de trabalho brasileiro: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que conta com informações de aproximadamente 3.500 municípios, ou seja, seus números são representativos para todas as Unidades da Federação (interior e Regiões Metropolitanas).

MERCADO DE TRABALHO AQUECIDO

Embora as séries históricas da PNAD Contínua sejam curtas (não há números anteriores a 2012), já é possível observar algumas tendências:

• O setor agropecuário tem absorvido uma quantidade cada vez menor da mão de obra. Enquanto, no primeiro trimestre de 2012, o setor respondia por 11,7% de toda a população ocupada, ao final do primeiro trimestre de 2015, apenas 10,4% da mão de obra estavam ocupados nas atividades agropecuárias.

• Desde 2012, a população ocupada no setor tem encolhido 2,5% a.a. Isso significa que, desde aquele ano, as atividades agropecuárias têm sido o setor que mais tem retraído a contratação de mão de obra. Por exemplo, apesar de a crise ter se intensificado neste ano, o encolhimento da

demanda por mão de obra no setor (-1,5%) só não foi menor do que nos setores de Construção Civil (-5,7%) e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (-9,4%).

• Por fim, apesar da redução da contratação de mão de obra, desde 2012, o ritmo médio de expansão dos rendimentos da população ocupada nas atividades agropecuárias (3,7% a.a.) foi o maior registrado entre todos os setores e subsetores econômicos monitorados pela PNAD Contínua.

POR QUE OS SALÁRIOS SOBEM?

Os salários – na verdade, o rendimento médio – no setor agropecuário têm crescido acima da média observada no restante da economia por dois fatores:

• A crise da economia brasileira tem sido menos intensa na maior parte do interior do País, de forma que o setor de serviços – setor que mais emprega na economia – nessas regiões permaneça relativamente mais aquecido do que nas Regiões Metropolitanas.

• O setor agropecuário continua buscando maior produtividade via incorporação de tecnologia, o que libera mão de obra menos qualificada e demanda profissionais mais especializados, cujos salários são mais altos, contribuindo para elevar o rendimento médio no setor.

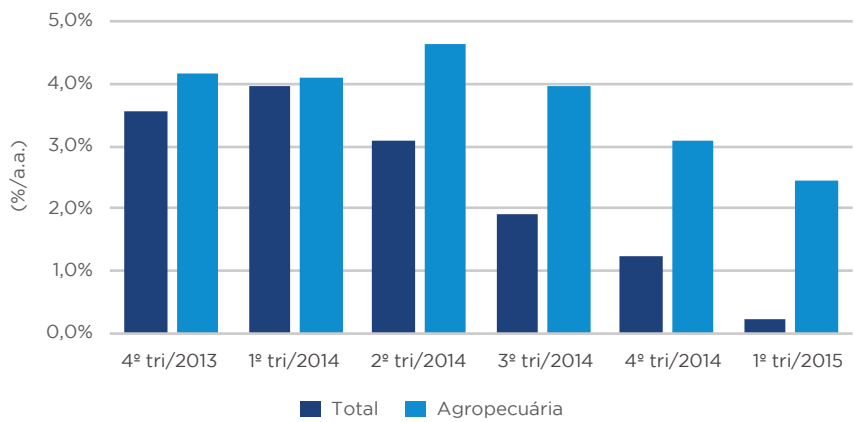
POR QUE A POPULAÇÃO OCUPADA TEM ENCOLHIDO?

A população ocupada no setor agropecuário tem encolhido porque a mão de obra tem ficado cada vez mais cara. Como os preços dos demais custos de produção (frete, energia elétrica, óleo diesel etc.) também têm subido, a margem dos produtores tem se estreitado, limitando sua capacidade de acompanhar a subida dos salários. Como solução, os produtores têm investido em tecnologias mais intensivas em capital do que em trabalho; tais tecnologias, por sua vez, demandam um volume menor de mão de obra, porém mais qualificada. Com isso, observa-se, por um lado, uma redução da população ocupada no setor e, por outro, um aumento na contratação de trabalhadores formais e um aumento do salário médio pago.

Antes de encerrar, é importante deixar claro que toda esta análise refere-se exclusivamente às atividades agropecuárias, e não ao agronegócio como um todo. Infelizmente, pelos números disponíveis na PNAD Contínua, ainda não é possível avaliar a dinâmica do mercado de trabalho nas agroindústrias, nem nas indústrias produtoras de insumos e maquinário. ■

RENDIMENTO MÉDIO REAL: TOTAL BRASIL *VS.* AGROPECUÁRIA

MÉDIA MÓVEL: QUATRO TRIMESTRES



Fonte: IBGE

LARANJA

POR QUE O MUNDO BEBE MENOS SUCO

IBIAPABA NETTO
Diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

ENTRE OS anos de 2004 e 2014, a demanda mundial por suco de laranja caiu 15,3%. Isso significa que o grupo de quarenta países que somam mais de 99% do consumo global despencou de 2,400 milhões de toneladas para 2,024 milhões de toneladas. Para o campo brasileiro, levando em consideração que, para a fabricação de 1 tonelada de suco de laranja concentrado equivalente a 66° Brix (padrão mundial da bebida), são necessárias 250 caixas da fruta, podemos dizer que o mundo demanda menos 92 milhões de caixas na forma de suco, ou 32% da atual safra, estimada em 279 milhões de caixas de 40,8 quilos. Esses dados constam no mais recente estudo divulgado pela Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR).

Para entender as razões desse fenômeno e encontrar uma saída para o setor, a CitrusBR tem trabalhado em diversas frentes. Em 2010, investimos US$ 1 milhão num estudo que percorreu dez países, dos quais oito preferenciais e dois mercados de referência. Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Polônia, Rússia, China e Japão foram profundamente estudados para que fosse possível identificar por que, afinal de contas, o consumo de suco de laranja, uma bebida tão tradicional, minguava. E o Canadá e a Noruega foram objetos de estudo para entender por que o consumo crescia.

De forma resumida, o estudo identificou que as novas gerações não sabem mais por que razão devem consumir suco de laranja. No ímpeto de comunicarem aos consumidores quais são as diferenças entre seus produtos, as marcas, que são as donas dos sucos vendidos nas gôndolas dos supermercados, esqueceram-se de comunicar os benefícios da bebida. A razão para isso é simples: vitamina C, antioxidantes, entre outros, são atributos comuns a todo e qualquer suco de laranja. Nesse sentido, ano após ano, apenas os consumidores mais velhos, que receberam esta informação de forma consistente, entendem o valor agregado contido num copinho deste fantástico alimento.

Os resultados desse estudo foram apresentados no Juice Summit 2013, em Bruxelas, na Bélgica, maior encontro mundial da indústria de sucos. Desde então, a CitrusBR discute com a Associação Europeia de Sucos de Fruta (AIJN, na sigla em francês) a criação de um robusto programa de comunicação, com objetivo de comunicar melhor os benefícios dos sucos de fruta em geral e do sabor laranja em particular. Com os investimentos corretos e a estratégia adequada, é possível estancar a queda no consumo, o que, para os padrões atuais, já é um enorme ganho para a toda citricultura brasileira. ■

FONTE DE INFORMAÇÕES

A base da pesquisa é um dos mais sofisticados relatórios de consumo do mundo, o Tetra Pak Compass, em que a empresa sueca de embalagens monitora os mais diferentes mercados de bebida Planeta afora, com uma assombrosa aderência ao mercado. Desde 2010, os dados são compilados pela consultoria Markestrat, comandada pelo professor Marcos Fava Neves, titular do Departamento de Economia e Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). Além do Compass, outras fontes são consultadas, como o Euromonitor e o Planet Retail, para trazer os melhores dados sobre os nossos principais países compradores. Os dados, aliás, estão disponíveis no site da CitrusBR.

5º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

Inscrições abertas

Hotel Renaissance - São Paulo

25 de agosto de 2015

anda.org.br

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS

PERSPECTIVAS AGRÍCOLAS DA OCDE-FAO

O BRASIL COMO FORNECEDOR DE ALIMENTO PARA O MUNDO

DA REDAÇÃO

EM JULHO, foi lançado o relatório "Perspectivas Agrícolas 2015-2024", elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Posicionado entre as dez maiores economias do mundo e segundo maior fornecedor mundial de alimentos e produtos agrícolas, o Brasil foi o foco principal.

No País, a apresentação oficial do relatório ocorreu na sede da FGV Projetos, em São Paulo. O evento contou com a presença de representantes da OCDE e da FAO, além de personalidades importantes do nosso agronegócio, como: André Nassar, secretário de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura; Antônio Brandão, coordenador do Grupo Executivo de Agroindústria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); e dos ex-ministros da Agricultura Roberto Rodrigues e Alysson Paulinelli. A seguir, apresentamos as principais conclusões do relatório, complementadas pelas observações dos especialistas brasileiros presentes.

PARA ONDE CAMINHARÁ A PRODUÇÃO

Para o cenário de dez anos, as perspectivas da agricultura brasileira são positivas: o País pode se tornar o maior exportador mundial de alimentos até 2024. O crescimento da oferta ocorrerá via aumento da produtividade, proporcionado pelo crescimento contínuo do uso da tecnologia na produção e pelo aumento da área agrícola, principalmente sobre sítios degradados. Conclusões preliminares de estudo conduzido pela FGV indicam que o Brasil teria condições de elevar sua produção para 750 milhões de toneladas em trinta anos apenas recuperando de áreas antes degradadas – esta técnica enquadra-se no conceito de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Essa realidade não se aplica a nenhum outro país do mundo.

A taxa de câmbio deve continuar elevada, tornando as exportações do Brasil mais competitivas nos mercados mundiais. A tendência para 2024 é de que a exportação de produtos agrícolas concentre-se em poucos países, enquanto a importação estará mais pulverizada. Haverá menos países fornecendo produtos para mais mercados.

DESAFIOS NA VISÃO DE ESPECIALISTAS BRASILEIROS

Para o cenário de crescimento da produção projetado pela OCDE-FAO, o modelo atual de financiamento oficial da safra deverá atender as necessidades dos produtores por crédito. No entanto, os investimentos em logística em curso na região Norte, por exemplo, podem levar a um crescimento mais agressivo da produção, principalmente de milho e soja. Nesse caso, será necessário desenvolver outros mecanismos de financiamento, pois o crédito oficial não será suficiente.

Para aumentar o volume de crédito para a agricultura, é necessário ampliar a participação dos bancos privados nesse mercado. No entanto, para que isso aconteça, são necessárias mudanças profundas no sistema bancário brasileiro. A alta demanda dos diversos setores da economia por crédito faz com que seu preço seja inelástico. Além disso, a taxa básica de juros é muito elevada para aplicação diária. Portanto, nenhuma instituição privada interessar-se-á em financiar o agronegócio a uma taxa adequada aos produ-

ISTOCKPHOTO



tores, além do volume a que é obrigada. Além disso, como um banco pode emprestar dinheiro a longo prazo se seus correntistas não possuem a cultura de realizar aplicações a prazos longos? Com isso, essa missão acaba recaindo sobre os bancos públicos.

No mercado de carne, o aumento da demanda pelo produto brasileiro dependerá da abertura de novos mercados internacionais. Infelizmente, o Brasil exporta muito grão *in natura*, pois muitos países adotam a estratégia de comprar soja e milho para, então, processá-los para alimentar a produção interna de carnes. Há uma questão de mercado que precisa ser superada.

Outro grande desafio para o País será encontrar meios de reduzir a concentração fundiária e melhorar a renda do campo. A questão da renda passará pelo aumento da produtividade de pequenas e médias propriedades agrícolas, o que está relacionado a garantia da educação e acesso a tecnologia de ponta. Percebe-se que alguns pequenos e os grandes produtores de alguma forma têm garantido o acesso às tecnologias mais atuais. No entanto, a estrutura de financiamento e assistência existente tem imposto dificuldades ao acesso da grande maioria dos produtores médios. O papel das cooperativas e da assistência técnica nesse processo será fundamental.

Por fim, o País precisa solucionar um problema antigo relacionado à aprovação de novas fórmulas para controle de pragas e doenças. A demora excessiva para liberar estes produtos para comercialização faz com que a tecnologia utilizada no Brasil esteja entre três e cinco anos atrás de seus competidores. Em uma situação mais extrema, um problema fitossanitário grave poderia transformar-se em um problema de mercado, pois a incorporação de soluções demora muito tempo. Nosso processo é um dos mais modernos e seguros do mundo, mas não está sendo aplicado na prática.

ANÁLISE DA OCDE-FAO

Cereais: após uma leve queda em 2016, o consumo interno deve aumentar até 2024, a uma taxa de 1,5% a.a. Assim, espera-se que o mercado interno absorva a maior parte da produção adicional. Ou seja, a parcela da produção destinada à exportação permanecerá relativamente fixa durante os próximos dez anos.

Oleaginosas: a soja continuará sendo o produto agrícola mais importante para o Brasil, com metade da produção destinada aos mercados mundiais. Com a expansão prevista para a cultura, o País deve aproximar-se da produção dos EUA, maior produtor mundial.

O crescimento da demanda interna por farelo, insumo para os setores de aves e suínos, não deve ser acompanhado pelo aumento da capacidade de moagem para acompanhar o crescimento da demanda interna, o que deve reduzir o superávit exportável.

Trigo: a demanda interna deve continuar aumentando, mas abaixo da taxa da última década. Com uma população em crescimento, isso significa que haverá uma ligeira redução no consumo *per capita*.

Açúcar: o crescimento na demanda de países em desenvolvimento contribuirá para a recuperação dos preços, elevando o investimento no setor.

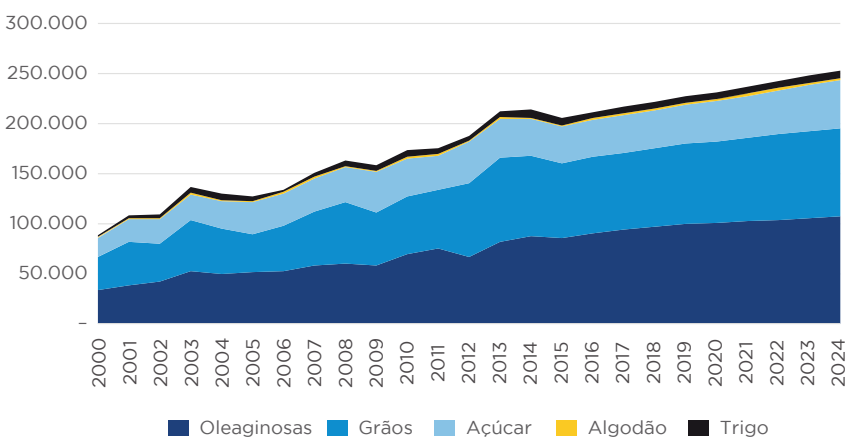
Algodão: o desempenho externo será importante para o setor, uma vez que a demanda interna permanecerá relativamente estável. O crescimento da produção estará condicionado à recuperação do consumo nos mercados mundiais e à redução dos estoques da China.

Biocombustíveis: o consumo de etanol e biodiesel crescerá a um ritmo mais lento durante a próxima década. Com o preço do petróleo em baixa, o comércio de biocombustíveis deve permanecer pequeno. O nível de produção dependerá das políticas de incentivo (por exemplo, mistura compulsória à gasolina) adotadas pelos países.

Carne: a produção deve continuar seguindo a tendência de rápido crescimento. A desvalorização do real, os baixos custos projetados da alimentação e o aumento da produtividade devem fortalecer a competitividade do Brasil no mercado internacional. ■

BRASIL: CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

MIL TONELADAS



Fonte: OCDE-FAO







Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016

MAIS CRÉDITO E APOIO PARA VOCÊ QUE É PARCEIRO DO BRASIL



LINK

O Governo Federal está ajustando gastos e investindo mais de R$ 180 bilhões em crédito para você que é produtor rural. A hora é de avançar e fortalecer o nosso País. Para saber mais, acesse **agricultura.gov.br.**

Mais de R$ 180 bilhões para o produtor rural.

Ministério da **Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PÁTRIA EDUCADORA

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

AS REAVALIAÇÕES E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

LIDIA CRISTINA JORGE DOS SANTOS
Sócia do escritório Figueiredo e Santos e membro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS)

O MINISTÉRIO Público Federal (MPF) ajuizou duas ações civis públicas com o objetivo de suspender a avaliação e a comercialização de defensivos agrícolas à base de parationa metílica, *lactofem*, forato, carbofurano, abamectina, tiram, paraquate, glifosato e 2,4-D. Utilizados na agropecuária brasileira e de outros países, estes produtos encontram-se, hoje, em procedimento de reavaliação toxicológica instaurado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Se forem julgadas procedentes tais ações, cerca de 180 produtos formulados registrados terão a sua comercialização impedida. Isso causará um drástico impacto econômico nas culturas de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, feijão, frutas, legumes e hortaliças e no controle de pragas em pastagens.

O MPF alega que a demora injustificada da Anvisa em concluir os procedimentos de reavaliação poderia gerar danos à saúde da população. Essa decisão, pelas normas vigentes, deve ser tomada com o cumprimento rigoroso de aspectos técnicos, pela Comissão de Reavaliação, formada pela Anvisa, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Poder Judiciário pode e deve ser chamado para combater ilegalidades e coibir injustiças praticadas pelo poder público, à luz de critérios fundados em razoabilidade, moralidade e eficiência. Mas, não lhe cabe decidir sobre a suspensão da comercialização de produtos já avaliados tecnicamente pelos órgãos competentes e comercializados há décadas.

Essa decisão deve ser adotada no final dos procedimentos de reavaliação, de competência da Anvisa, do MAPA e do Ibama – conforme mencionado anteriormente –, de modo a garantir o devido processo legal às empresas titulares do registro dos produtos.

ENQUANTO NÃO FOR CONCLUÍDO O PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA, SUSPENDER A COMERCIALIZAÇÃO DESSES PRODUTOS, POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PODERÁ IMPLICAR SÉRIOS PREJUÍZOS PARA A AGRICULTURA NACIONAL.

Em que pese a louvável intenção de proteger a saúde da população, o MPF não pode invocar os princípios ambientais da precaução e da prevenção, justamente porque já são aplicados na instauração do procedimento de reavaliação, de acordo com as leis brasileiras.

Enquanto não for concluído o procedimento de reavaliação toxicológica, que está em pleno curso, suspender a comercialização desses produtos à base daqueles ingredientes ativos, por determinação judicial, poderá implicar sérios prejuízos para a agricultura nacional.

Recentemente, contudo, foi determinado, em decisão liminar, que a Anvisa conclua a reavaliação dos ingredientes ativos *lactofem*, carbofurano, abamectina, tiram, paraquate e glifosato, no prazo máximo de noventa dias.

Resta assegurar, por fim, que, mesmo diante do prazo judicialmente estabelecido, os direitos e as garantias individuais dos administrados sejam respeitados. ■

INVESTIMENTO RURAL

PROGRAMA PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉNS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

EM JUNHO de 2015, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16 (julho de 2015 a junho de 2016). Dentre as linhas para investimentos anunciadas, há o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que tem se mostrado uma boa alternativa de negócio para o produtor, com retorno possível em menos de 5 anos.

Vigente desde 2013, o objetivo da linha PCA é financiar até 100% dos investimentos em ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e/ou da ampliação de armazéns. A linha está disponível para produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas e cooperativas agropecuárias.

Não existe limite para os valores contratados: até R$ 20,0 milhões, a contratação é feita junto às instituições financeiras credenciadas; acima disso, a operação é diretamente com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A taxa de juros é de 4,0% ao ano, e o prazo para pagamento é de até quinze anos, com carência de até três anos.

A decisão de armazenar a produção é estratégica para o produtor, pois possibilita guardar sua produção para comercializá-la no momento em que o mercado sinalizar preços mais adequados, como na entressafra. O investimento em silos para armazenagem pode ser interessante para o produtor que possui escala de produção ou para empresas que desejam lucrar oferecendo serviço. Estima-se que, na safra 2014/15, o déficit de espaço para armazenagem da produção foi de aproximadamente 60 milhões de toneladas.

SIMULAÇÃO DE INVESTIMENTO

A seguir, analisaremos um caso de financiamento do PCA com o objetivo de oferecer serviço de armazenagem. Na simulação, o valor do investimento foi de R$ 6,0 milhões, para a construção de um armazém graneleiro horizontal novo, com fundo em "V", capacidade para 30 mil toneladas, contendo moegas, secador, pré-limpeza e armazenagem.

No final de quinze anos, o mutuário, com saldo devedor zero, amortizou o empréstimo e pagou R$ 2.040.000,00 de juros.

O custo mensal da armazenagem (recebimento, expedição, conservação, secagem e limpeza e taxa de administração) é estimado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) em R$ 61,62 por tonelada. Assim, considerando uma operação média com 70% da capacidade do silo (21.000 toneladas), o faturamento anual com a prestação de serviços de armazenagem, no caso de uma cooperativa, por exemplo, é de R$ 15.528.240,00.

Pesquisa realizada permite estimar o lucro com os serviços de armazenagem entre 5% e 10% da receita anual, ou seja, entre R$ 776.412,00 e R$ 1.552.824,00.

Levando em conta o valor total do investimento no armazém, de R$ 8.040.000,00, o retorno dar-se-á entre cinco e dez anos.

Para o produtor de grãos, o investimento na construção de armazém próprio oferece vanta-

gens adicionais. Além de possibilitar que a comercialização da safra seja feita de forma gradual, aproveitando a melhor oportunidade, os custos são inferiores aos da simulação, pois não haveria o pagamento de taxas de classificação dos grãos, cobrado na armazenagem com terceiros, e de fretes e diárias, geradas pela espera em filas para a descarga dos grãos nas unidades de terceiros. Abre, ainda, a possibilidade de prestação de serviços para terceiros, como secagem e armazenagem. Tudo isso significa a valorização do patrimônio rural. ■

PRODUÇÃO CRESCE E SURPREENDE

Segundo dados Conab e do MAPA, a capacidade estática de armazenagem do Brasil está perto de 147,90 milhões de toneladas de grãos, frente a uma produção estimada em 206,33 milhões de toneladas de grãos em 2014/15, considerando também as culturas de inverno – um déficit próximo de 60 milhões de toneladas.

BRASIL: CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO

REGIÃO	Convencional		Granel	
	Nº de unidades	Capacidade estática (toneladas)	Unidades	Capacidade estática (toneladas)
Centro-Oeste	971	4.153.963	3.126	48.214.420
Nordeste	659	1.732.070	609	7.333.384
Norte	249	815.833	222	2.570.222
Sudeste	1.608	7.617.172	1.095	14.250.635
Sul	2.598	8.069.390	6.128	53.145.343
Brasil	**6.085**	**22.388.428**	**11.180**	**125.514.004**

Fonte: MAPA (2014)

Principalmente a partir de meados da década passada, a produção nacional de grãos disparou de maneira surpreendente. É incomum um ciclo relativamente longo como esse de safra em crescimento e preços favoráveis. Nesse cenário, o fomento à armazenagem da produção agropecuária nas propriedades rurais é uma das prioridades da política agrícola. O aumento na capacidade estática de armazenamento de grãos contribui para o bom fluxo logístico referente ao escoamento da colheita.

Os fabricantes de equipamentos para estocagem e movimentação de granéis tiveram resultados econômicos bons em 2014. A expectativa era de que, neste ano, a capacidade de armazenagem de grãos no Brasil registrasse outro avanço significativo. A aposta era chegar próximo de 160 milhões de toneladas.

Mas, já no primeiro trimestre, os sinais emitidos pelo mercado não mostravam boas perspectivas. A morosidade dos bancos na liberação do crédito para o PCA começou a preocupar. O tempo para analisar a operação passou a superar dois meses, enquanto a aprovação e a liberação dos recursos chegavam a oito meses.

Em paralelo, com os preços mais baixos das *commodities*, a greve dos transportadores e as variações do câmbio, o produtor mudou para uma postura mais retraída. Será pouco provável reverter essa situação neste segundo semestre.

Fonte: Redação



VI FÓRUM E EXPOSIÇÃO ABISOLO

FERTILIZANTES ESPECIAIS: UM NOVO PATAMAR DE PRODUTIVIDADE NA AGRICULTURA

Juntos somos mais fortes

CLORIALDO ROBERTO LEVRERO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL (ABISOLO)

EM NOSSO VI Fórum e Exposição, reunimos um público seleto e diversificado, responsável pelas tomadas de decisão e ações que influenciam direta e indiretamente nas mais diferentes esferas, englobando normas, marcos regulatórios, pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e prestação de serviços.

Convidamos especialistas renomados para participar deste encontro, na busca de levarmos ao campo as melhores tecnologias e melhorarmos o resultado econômico. Temos o desafio de construir as boas práticas agrícolas sustentáveis. Sendo assim, precisamos conhecer as características e o potencial genético das culturas em cada região desse imenso território nacional. Isso proporciona o uso racional de insumos no solo e nas plantas e dos recursos hídricos, para caminharmos para uma agricultura com gestão apta e competitiva nesse mercado globalizado.

Estamos engajados e unidos com as outras entidades coirmãs nesse esforço da Organização das Nações Unidas (ONU), que decretou 2015 como o Ano Internacional dos Solos, com o objetivo de mobilizar a sociedade face à importância do solo como parte fundamental do meio ambiente.

Embasamos com critérios técnicos e científicos as demandas do setor junto às agências e aos órgãos da Federação e dos estados. Pautados nesse comportamento, encontramos espaço para levar adiante os

trabalhos desenvolvidos pela Abisolo. A agricultura e as indústrias necessitam de regulamentações consistentes. Fazemos um grande esforço para conduzir de forma clara e objetiva a nossa visão de futuro.

Aproveitamos este espaço da ***Agroanalysis*** para agradecer a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram e colaboraram para a concretização satisfatória do evento, fazendo com que o mesmo fosse destaque nos âmbitos nacional e internacional. Em seguida, apresentamos uma sinopse do conteúdo apresentado no VI Fórum Abisolo.

PARCERIA COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAA)

Assinatura do protocolo de intenções entre a Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) e a SAA, para integrar as indústrias do setor aos vários institutos de pesquisa do estado de São Paulo, de modo a orientar as extensões rurais na divulgação de novas práticas, insumos e produtos.

"Queremos estabelecer uma parceria com a Abisolo no sentido de difundir ao máximo o conhecimento. Para tanto, estamos colocando à disposição das indústrias o acervo de dados dos nossos institutos, de forma a estimular o desenvolvimento de novos produtos", disse o secretário de Agricultura estadual, Arnaldo Jardim.

PAINEL 1 – EXPRESSÃO DO POTENCIAL GENÉTICO E AMBIENTAL

Produtividade e Crescimento da Produção Agrícola: Limites e Desafios

EVARISTO MIRANDA

COORDENADOR DO GRUPO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA (GITE) DA EMBRAPA

O desafio do agronegócio brasileiro consiste em conciliar a necessidade de aumento da produção de grãos com as restrições da área plantada. Quando se consideram as unidades de conservação, as reservas indígenas e as áreas quilombolas, o País soma 35,7% de seu território impossibilitado de ser usado pela agricultura. Durante os censos de 1986 e 2006, houve uma redução média de 2 milhões de hectares de terras agricultáveis por ano. A média mundial de áreas protegidas no mundo, considerando apenas os países com mais de 2 milhões de hectares de área, é de 9%, contra 29% do Brasil. Por isso, teremos de usar a nutrição vegetal, a genética e a irrigação para alavancar a produtividade.

Café de Alta Produtividade: Solo e Fertilizantes Especiais

CARLOS ALBERTO SILVA

PROFESSOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

O ganho de produtividade do café no Brasil depende de um conjunto de 52 fatores. A produtividade média dos nossos cafezais, em termos de sacas por hectare, passou de 10 para 22, de 2000 para cá. O cafeicultor nacional já assimilou, historicamente, a necessidade de adubar a lavoura. Prova disso é a demanda média de fertilizantes pela cultura ser de cerca de 251 quilos, enquanto, nas demais, é de 130 quilos. A cafeicultura representa um espaço interessante para a cadeia da nutrição vegetal.

NHT® SUPER S.
O ENXOFRE NA MEDIDA CERTA.











Super S NHT®

- 800g de enxofre por litro.
- Uniformidade na distribuição do produto sobre o solo.
- Aplicação em pulverização: controle absoluto da dose definida.
- Elevado rendimento operacional pela maior largura da faixa de aplicação.
- Pode ser aplicado no sulco de semeadura com equipamento específico sem segregação.

Grupo Bio Soja

www.biosoja.com.br



IBRA®

(19) **3832-3679**
www.ibra.com.br
laboratorio@ibra.com.br
Rua Amazonas, 220 - CEP 13177-060 - Sumaré - SP

LABORATÓRIO CADASTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ACREDITADO PELO CGCRE SEGUNDO A NORMA NBR ISO/IEC 17.025

Atendimento à indústria formuladora, estabelecimentos importadores e comercializadores de fertilizantes minerais, orgânicos, organominerais e corretivos. Produtores ou empresas com objetivo de assegurar que os produtos adquiridos estão com as garantias nutricionais dentro das especificações de registro estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

Manejo tecnológico da cultura de cana

RAFFAELLA ROSSETTO

PESQUISADORA DA AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA)

Os resultados das pesquisas científicas demoram anos, e os pesquisadores precisam antever os problemas. No estado de São Paulo, com a proibição das queimadas nos canaviais, há uma mudança nas técnicas de cultivo da lavoura. Vivemos esta transição. Para multiplicar a inserção de variedades novas, foi introduzido o sistema chamado de Mudas Pré-Brotadas (MPB), que substitui o método atual, de utilização de toletes enterrados no sulco. As mudanças envolvem as fases de tratos culturais e a colheita, com novas práticas para reduzir a intensidade do tráfego e o adensamento do solo.

Como atingir novos patamares de produtividade na soja

ORLANDO CARLOS MARTINS

PRESIDENTE DO COMITÊ ESTRATÉGICO SOJA BRASIL (CESB)

A sojicultura brasileira possui plenas condições de atingir um nível de produtividade de 100 sacas por hectare. Para isso, é necessário conseguir um novo equilíbrio hormonal e de desempenho fisiológico da planta, com a contribuição dos fertilizantes especiais. No projeto da CESB denominado Desafio Nacional de Máxima Produtividade, temos produtores com 117 sacas por hectare, sendo que há dois casos com 140 sacas por hectare. Essa constatação é um estímulo. Precisamos mudar a nossa perspectiva, desenvolver a inteligência, encontrar a palavra, aplicar a ação e chegar aos fatos.

PAINEL 2 – TECNOLOGIAS PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Uso da água e o futuro

ALÉCIO MARÓSTICA

PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL DE CRISTALINA, EM GOIÁS

A crise hídrica que enfrentamos na agricultura brasileira constitui um grande desafio de governança. Como bem público, os agricultores, de forma democrática, devem ter acesso a este bem precioso. Com a demanda crescente de alimentos, a prática de irrigação somente irá crescer no Brasil e no mundo. Não temos como fugir dessa realidade. Grande parte do território nacional possui metade do ano com chuva e outra sem. Precisamos melhorar o armazenamento das precipitações, que são perdidas por evaporação, transpiração das plantas, escoamento superficial e infiltração e percolação no solo, dentre outros processos.

Programa de Monitoramento e Adubação

ADRIEL FERREIRA DA FONSECA

PROFESSOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), NO PARANÁ

As estratégias para o monitoramento do estado nutricional das plantas e a avaliação da fertilidade do solo ajudam a maximizar a utilização de corretivos e fertilizantes em sistemas intensivos de produção de grãos e forragens sob plantio direto. O primeiro identifica os nutrientes que limitam o crescimento e a produção das culturas; e a segunda é fundamental na sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola, pois estes potencializam o rendimento das culturas e diminuem os custos de produção, com melhores níveis de renda aos agricultores.

Ninguém é campeão sozinho



Na vida não se conquista nada sozinho. Para alcançar os melhores resultados é preciso ter parceiros experientes e preparados para acompanhar a velocidade do mundo atual.

Por isso, a Microquimica investe na pesquisa e desenvolvimento de serviços e produtos de alto desempenho para que você esteja sempre à frente, competindo com os melhores produtores do mundo.

Fertilizantes foliares / Inoculantes / Tratamento de sementes / Agroquímicos / Sais solúveis

microquimica.com

MICROQUIMICA®
Juntos produzimos mais

Semear é uma escolha.



E somos resultado daquilo que semeamos.

Escolhemos semear o empreendedorismo.
Isso porque acreditamos que cada pedaço de terra é uma oportunidade.
Para aquele que planta e para aquele que contribui nesta transformação.

SEMEAMOS O EMPREENDEDORISMO.

FAST AGRO

Seu sucesso acelera o nosso

ISO 9001:2008

fastagro.com.br

Anel Viário Conrado Salles Brito, 639 - Granville - cx. postal: 1230 - CEP: 78731-218 - Rondonópolis - MT - **66 3422.0422**



Tecnologia de informação e o equilíbrio nutricional

ADILSON DE OLIVEIRA JUNIOR
PESQUISADOR DA EMBRAPA SOJA

Na soja, em lavouras com sintomas de deficiência de fósforo (P), as plantas apresentam redução de porte, área foliar e produtividade. Cada tonelada de grãos de soja retira de 10 a 13 quilos por hectare de P_2O_5. Por isso, antes de realizar a adubação, é fundamental a realização da análise de solo, para avaliar a disponibilidade do nutriente e a quantidade de fertilizante a ser aplicada. Como complemento, o produtor deve realizar a análise foliar, para avaliar o estado nutricional da cultura, de modo a considerar os micronutrientes e outros elementos importantes para a planta.

Análise do efeito positivo do uso de biofertilizantes na produtividade de milho

MARCELO GIOVANETTI CANTERI
PROFESSOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), NO PARANÁ

Não temos mais os ganhos fantásticos de produtividade como os registrados pela Revolução Verde. Estamos na fase de sintonia fina, quando os incrementos são pequenos e a Estatística tradicional não consegue mais mensurá-los. Nos anos 60, os Estados Unidos desenvolveram uma ferramenta chamada meta-análise, que ajudou a agricultura a comprovar e mensurar com rigor científico os ganhos que já são percebidos pelos produtores na sua rotina diária. Assim, o resultado de pequenos ganhos marginais de milho (2 a 4 sacas por hectare) pode ser calculado com alto nível de acerto (80% a 95%).

LANÇAMENTO DO LIVRO:

Adubação Foliar – Fundamentos Científicos e Técnicas de Campo

Autores: Victoria Fernández, Thomas Sotiropoulos e Patrick Brown

Tradução de Arnaldo Antonio Rodella, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).



Recomendação de Fertilizante Orgânico com Base no Fornecimento de Nitrogênio

ADRIANA MARLENE MORENO PIRES
PESQUISADORA DA EMBRAPA MEIO AMBIENTE

Em função da sua utilidade e disponibilidade nas propriedades rurais, com o estágio tecnológico atual, o bom potencial comercial proporcionado pelo reaproveitamento dos dejetos animais fica cada vez mais viável. No Brasil, a importação anual de nitrogênio ronda a casa de 2,0 milhões de toneladas, com tendência de aumento. No entanto, somente os dejetos oriundos de animais confinados gera, anualmente, um volume correspondente a 2,2 milhões de toneladas deste nutriente. Por isso, cabe, mais do que nunca, aproveitar este material para aumentar a autossuficiência nacional.

PAINEL 3 – DESAFIO DA GESTÃO

Cenário de mercado em 2015

JOSÉ VICENTE FERRAZ
DIRETOR TÉCNICO DO INFORMA ECONOMICS FNP

A crise mundial de 2008 mudou o quadro internacional. O Brasil precisava tomar medidas para se adaptar a essa nova situação entre 2010 e 2012. Mas, continuamos com uma política expansionista de aumento no crédito de consumo e sobrevalorização do dólar frente ao real. Tivemos, então, um rombo nas contas públicas, com a necessidade de fazer o ajuste fiscal. Para o agronegócio, as cotações das *commodities* não estão nos altos patamares de anos anteriores. Para a safra 2015/16, as empresas de insumos terão de ser mais precavidas em queimar as margens de comercialização na venda dos insumos.

O papel do *marketing* na introdução de tecnologias inovadoras ao agricultor

CELIO MAURO PLACER
PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEA/USP)

Vivemos no mundo do *marketing*, com a necessidade de administrar melhor o mundo das empresas ofertantes de produtos e serviços para bem satisfazer os seus consumidores. Vemos isso na cadeia produtiva do agronegócio, na segmentação das atividades de antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. Existe, no sistema, uma relação constante entre cliente e fornecedor. A Nutrição Vegetal é uma área importante para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação trabalharem em prol do aumento da produtividade do agricultor e por meio da qual podem oferecer maior disponibilidade de produtos para abastecer as cidades.

Gestão de Recebíveis no Agronegócio

FERNANDO PIMENTEL
SÓCIO DA AGROSECURITY GESTÃO DE AGRO-ATIVO

Estamos de volta ao período de maior rigor na realização das operações comerciais entre as empresas de insumos, as *traders*, os *funding* e os distribuidores/revendas com os produtores rurais. O plantio da safra 2015/16 será feito num ambiente de alta volatilidade e pressão no câmbio. No momento, trabalhamos com o dólar no intervalo de R$ 3,00 a R$ 3,30. O País está com déficit comercial, inflação fora da meta de controle, juros da Selic altos e um quadro político tenso. Estas variáveis mudam o resultado de uma simulação de cenário conforme os pressupostos adotados. A boa prática da gestão passa a ser um requisito que faz a diferença.





EMPRESA BRASILEIRA COM MAIS DE 10 ANOS NO MERCADO, APONTADA ENTRE AS CINCO MAIORES EMPRESAS DE FERTILIZANTES ESPECIAIS E LÍDER ABSOLUTA EM VENDAS DE ADJUVANTES POLIFUNCIONAIS

Nutrição e Fisiologia premium

FortCote

Adjuvantes

Fortgreen

/FortGreenBR

www.fortgreen.com.br

BIO SOJA: LÍDER EM FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO

QUATROTALENTOS Propaganda

10 BIOMAX® + MAX PROTECTION

- Inoculante com maior concentração de UFC (unidades formadoras de colônias).
- Garantia: $1x10^{10}$ UFC/mL.
- Menor dosagem do mercado, diminuindo o volume de calda na inoculação das sementes.
- Maior proteção = maior efetividade na nodulação.
- 45 anos de tradição na produção de inoculantes.

CoMo NHT®

- Fertilizante fluido com alta concentração de cobalto e molibdênio.
- Garantias: Co (49,8 g/L) | Mo (498 g/L).
- Menor dosagem por quilo de semente.
- Liberação gradual: disponibilização de Co e Mo durante todo o ciclo da cultura.
- Baixo índice salino, garantindo maior sobrevivência das bactérias fixadoras de nitrogênio.

Garantia de suprimento de nitrogênio para altas produtividades

Grupo Bio Soja

www.biosoja.com.br

Requisitos Técnicos do Processo de Compostagem e Licenciamento na CETESB

PATRÍCIA DE SOUZA MEDEIROS BARBOSA
QUÍMICA DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB)

A Lei nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei nº 12.300/2006 instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (trata dos resíduos sólidos e industriais, da poluição do solo e do licenciamento das unidades de armazenamento, da transferência, da triagem, da reciclagem e do tratamento). A CETESB passou a ser o órgão para expedir licença ambiental aos fertilizantes, com interface junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A legislação da compostagem varia entre resíduos sólidos urbanos e industriais, indústria de papel de celulose, usinas de açúcar e álcool e de lodos com tratamento biológico e físico-químico. ■

REPETIÇÃO DO SUCESSO DAS EDIÇÕES ANTERIORES

O **VI Fórum e Exposição Abisolo** reuniu cerca de 1.500 pessoas entre engenheiros agrônomos, produtores rurais, executivos e profissionais das cadeias comercial, técnica e institucional da indústria de nutrição vegetal. O evento, promovido e organizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), repetiu o sucesso das edições anteriores e se consolidou como um dos mais importantes eventos da indústria de tecnologia agrícola de nutrição vegetal da América Latina.

A *Agroanalysis* agradece as informações prestadas pela Mecânica de Comunicação.

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal
Avenida Paulista, 726 – Conjunto 1307
São Paulo/Capital – CEP: 01310-910
Telefone (11) 3251-4559
www.abisolo.com.br

Diretoria
Presidente: Clorialdo Roberto Levrero
Vice-presidente: Francisco Guilherme Romanini
Diretor administrativo financeiro: Alexandre D'Angelo
Diretor de Relações Intitucionais e Comunicação Social: Thomas Altmann

Diretores técnicos
Fertilizantes Organominerais e Minerais de Solo: Gustavo Branco
Fertilizantes Foliares e Biofertilizantes: Marcelo L.M. Santos
Fertilizantes Orgânicos, Condicionadores de Solo e Substratos Sólidos: Gean Carlo Silva Matias
Diretor técnico de Meio Ambiente: Hilton Salomão

Conselho Consultivo e Fiscal
Antônio Ricardo Figueiredo
Gilberto Pozzan
Leonardo de Castro Sodré

Secretário executivo
José Alberto Nunes da Silva



LIDERANÇAS DO AGRONEGÓCIO
No ano de sua maioridade, o 18º Prêmio Defesa Vegetal reuniu 360 pessoas em homenagem às ações para Boas Práticas Agrícolas

PRÊMIO DEFESA VEGETAL

A INICIATIVA QUE CRESCEU COM O AGRONEGÓCIO DO BRASIL

Décima oitava edição do Prêmio reconhece iniciativas de educação rural que beneficiaram mais de 18 milhões de agricultores

No ano de 1998, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) lançava o Prêmio Mérito Fitossanitário, com o objetivo de homenagear profissionais, empresas e entidades por suas ações de educação para o uso correto e seguro das modernas tecnologias no campo.

Na 18ª edição do Prêmio, com a denominação Prêmio Defesa Vegetal, as entidades realizadoras – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – reafirmam a importância da educação para as Boas Práticas Agrícolas, ao mesmo tempo que apresentam um novo desafio: estimular o engajamento de diversos segmentos do agronegócio e da sociedade.

Sob o tema 'Educando o campo para cultivar o futuro', o Prêmio Defesa Vegetal homenageou, no dia 29 de junho, em São Paulo, oito categorias: Campo Limpo, Canais de Distribuição, Cooperativas, Ensino, Indústria, Jornalismo, Produção Rural e Profissionais.

Categoria Profissionais

Ações mobilizadas pelos líderes de stewardship das empresas para as Boas Práticas Agrícolas

Intitulada Prêmio Marçal Zuppi em homenagem a este engenheiro agrônomo, um dos grandes incentivadores da tarefa de educação e treinamento dos agricultores, a categoria Profissionais tem por objetivo dar notoriedade aos profissionais que contribuíram, por meio de suas atividades desempenhadas dentro das empresas em que trabalham, para a melhoria no cenário da extensão rural no País.

São responsáveis pelo desenvolvimento dessas atividades:

- Alessandro Lopes Costa, Representante Técnico de Vendas (RTV) da BASF;
- Clodoaldo Dutra Flaitt, Consultor Técnico de Campo (CTC) da Arysta LifeScience;
- Daniel Abreu, engenheiro agrônomo e RTV da Bayer;
- Filipe Costa de Cerqueira, RTV da Syngenta;
- Giovani Jian Piletti, agrônomo e integrante do time de 'CropProtection' da Monsanto;
- Heleno Maziero, engenheiro agrônomo e representante comercial da DuPont;
- José Antonio Palermo, RTV da Dow AgroSciences;
- Maurício Lofrano, Representante Técnico Comercial da FMC.



Categoria Profissionais: homenageados das associadas à Andef



Jornalismo: Newton Peter, da revista Cultivar, e Fábio Castro, da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo

Jornalismo

Reportagens que ressaltaram a importância do agronegócio para o desenvolvimento brasileiro

Destacados os profissionais da imprensa que cumpriram a missão de difundir as inovações das instituições de pesquisa e as experiências dos produtores rurais em sua relação com as tecnologias.

Duas modalidades foram agraciadas: Jornalismo Especializado, que compreende os veículos de comunicação com circulação de alcance municipal ou estadual, e Nacional, para os veículos de comunicação com circulação que atinge os públicos e a opinião pública em todo o País.

O vencedor da modalidade Nacional foi o repórter Fábio Castro, da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Goiás, com a reportagem "Doutores do Campo", do programa Globo Repórter. A produção retrata o novo perfil do trabalhador rural no Brasil.

Pelo conjunto de suas publicações, o Grupo Cultivar de Publicações foi o veículo homenageado da modalidade Especializado. Ao longo dos últimos dezessete anos, suas três publicações – "Cultivar Grandes Culturas", "Cultivar Hortaliças e Frutas" e "Cultivar Máquinas" – têm contribuído com o propósito de transmissão de informações especializadas em sanidade vegetal e mecanização ao produtor rural.

Categoria Ensino

Reconhece iniciativas de universitários e instituições ligadas à sustentabilidade do processo produtivo

Estimular a Educação é promover o desenvolvimento. Com esta premissa, na modalidade Universitários, que tem a coordenação da Enactus Brasil, o Prêmio incentiva estudantes a desenvolverem projetos relacionados às Boas Práticas Agrícolas.

Na modalidade Instituição, as entidades organizadoras do Prêmio reconhecem o trabalho de instituições de ensino e extensão rural, empresas de segmentos diversos e organizações dos setores público e privado que se destacam no esforço de promover a Educação no campo e as melhores práticas no uso das tecnologias de defesa vegetal.

Realizar educação profissional e promoção social no meio rural é a missão do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cumprida por meio de diversos programas, em diferentes frentes e sob variadas formas.

O Time Enactus da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi o vencedor. Realizado na comunidade Boa Esperança, a 42 km de Santarém-PA, o projeto beneficia 34 famílias que integram a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Boa Esperança (Coopboa).

Categoria Produção Rural

Impactos positivos das inovações que repercutiram nas cadeias de valor do agronegócio

Produtor e Instituição são as duas modalidades: a primeira reconhece os agricultores que participam do programa Agro+, iniciativa da Andef em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); já a segunda ressalta as instituições que contribuíram, de modo destacado, com pesquisas e transferência de conhecimento aos produtores rurais.

A instituição homenageada na categoria Produção Rural é o Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB). A entidade tem a missão de desenvolver estratégias capazes de mobilizar os agentes da cadeia produtiva, além de buscar incrementar a produtividade necessariamente associada à sustentabilidade econômica, social e ambiental da cultura da soja no Brasil.

Jarbas Alexandre Filho, produtor de café e frutas, participa do programa Agro+ e apresentou nota 88, acima da média do município, que já é considerado o mais sustentável da região, com Índice de Sustentabilidade Média de 74.



Categoria Ensino: Suelen Monteiro, da UFOPA, e Daniel Carrara, do SENAR



Categoria Produção Rural: Jarbas Filho, do programa Agro+, e Nery Ribas, do CESB

Categoria Canais de Distribuição

Destaque às ações de responsabilidade e conscientização ambientais e sociais

Dentro do processo de transferência de tecnologia no meio rural, os canais de distribuição de insumos agrícolas e veterinários estão entre os mais importantes agentes. Por intermédio das revendas agropecuárias e seus profissionais, o produtor tem acesso a tecnologias, insumos, serviços e informação tecnológica.



Categoria Canais de Distribuição: Antonio Henrique Lima, da Agrológica/MT



Categoria Cooperativas: José Antonio Rossato Júnior, presidente da Coplana

Canais de distribuição do setor totalizam 7.200 empresas, que estão presentes em mais de 400 municípios de 23 estados, movimentando 60% do setor de proteção de cultivos.

A vencedora foi a revenda agropecuária Agrológica, de Primavera do Leste-MT. A empresa encontrou dentro do Espaço Prima Jovem – um projeto da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste que contempla ensino para 250 crianças, com idades entre dez e doze anos – condições favoráveis para desenvolver atividades que pudessem despertar nessas crianças a consciência ambiental e ideias de sustentabilidade e preservação do meio ambiente onde vivem.

Categoria Cooperativas

Ao longo do último ano, projetos incentivaram a consciência do uso correto de tecnologia

As 1.597 cooperativas agropecuárias congregam em torno de si, por meio de seus mais de 1 milhão de associados, 48% da produção nacional. À frente do segmento e de iniciativas pautadas pelos conceitos sustentáveis estão a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

A vencedora do Prêmio Defesa Vegetal foi a Coplana Cooperativa Agroindustrial, de Guariba-SP. Em 2014, a Coplana, por meio do Programa MIP – Manejo Integrado de Pragas na cultura da soja, realizou o monitoramento de mais de 5 mil hectares de lavouras de cooperados, promovendo ações de Boas Práticas Agrícolas e o uso correto e seguro de tecnologias.

O projeto foi implementado em parceria com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) *campus* Jaboticabal, com o intuito de promover a sustentabilidade da cultura, do produtor e do ambiente em toda a região de atuação da cooperativa, envolvendo, ao todo, 38 produtores rurais nos municípios paulistas de Barretos, Barrinha, Guariba, Santa Ernestina, Ibitinga, Jaboticabal, Araraquara, Matão, Motuca, Rincão, Pirangi e no distrito de São Lourenço do Turvo.

Categoria Campo Limpo

Excelência na gestão e em ações voltadas para a segurança do trabalhador

A destinação correta das embalagens de defensivos agrícolas é realizada, em todo o País, pelo Sistema Campo Limpo, gerenciado pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). A partir das atividades desenvolvidas dentro do Sistema, foi possível estimular o descarte consciente de embalagens de defensivos na dimensão alcançada pelo Brasil.

O trabalho pautado pela excelência na gestão orçamentária e em ações voltadas para a segurança do trabalhador foi a razão que assegurou à central de Primavera do Leste-MT do Conselho Estadual das Associações de Revendas de Produtos Agropecuários (CEARPA), uma das unidades do Sistema Campo Limpo, o primeiro lugar na categoria Campo Limpo.

Em segundo lugar, foi homenageada a central cogerenciada pela Associação dos Representantes de Defensivos Agrícolas do Vale do Araguaia (ARDAVA). A central do município de Canarana destacou-se por seus processos eficazes e alta produtividade, recolhendo 878 toneladas destinadas em 2014, um crescimento de 15% em relação a 2013.

Cogerenciada pela Associação das Revendas de Defensivos Agrícolas do Vale do Vinho (ARDAVVI), a central de Tangará-SC ficou com o terceiro lugar. Atuando com produtores de pequeno e médio portes, a unidade trabalha com apenas três colaboradores. O reconhecimento veio em função do destaque alcançado em sua organização, estrutura e produtividade.



Categoria Campo Limpo: representantes da CEARPA, da ARDAVVI e da ARDAVA

Categoria Indústria

Reconhece as empresas associadas à Andef por realizarem e apoiarem ações de Boas Práticas Agrícolas e socioambientais

A transferência de tecnologia é uma das mais importantes etapas do processo produtivo. Porém, com o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990, a rede oficial que articulava o serviço de transferência tecnológica viu-se desarticulada.

A partir daquele momento, instituições acadêmicas de Ciências Agrárias, entidades, profissionais e indústrias de defensivos agrícolas assumiram a missão de transferir essas informações a agricultores, trabalhadores rurais e agentes multiplicadores. Assim, a Andef e suas empresas associadas contribuíram, de forma proativa, com os esforços que impactaram positivamente na vida de milhões de pessoas no campo e na cidade.

Na edição de 2015 do Prêmio, as associadas apresentaram os seguintes projetos:

Programa Aplique Bem: a preocupação com o uso correto e seguro de tecnologias motivou a Arysta LifeScience a iniciar, em 2007, o programa que orienta produtores e suas equipes nas práticas mais adequadas e sustentáveis para a aplicação de defensivos agrícolas.



Categoria Indústria: reconhecimento às associadas da Andef

Projeto Química na Vida: a detecção da falta de conscientização para atitudes capazes de melhorar o desenvolvimento social da comunidade foi o que, há dez anos, motivou a BASF a criar o projeto, que incentiva a responsabilidade e a conscientização ambientais por meio de ações para os produtores rurais.

Projeto Stewardship em Foco: criado pela Bayer CropScience, o projeto tem como meta levar conceitos importantes das Boas Práticas Agrícolas aos produtores rurais.

Projeto Pecuária Verde: desenvolver e estabelecer as bases técnicas necessárias para um novo modelo de pecuária na Amazônia é o objetivo central do projeto, conduzido, desde 2010, por intermédio da parceria entre a Dow AgroSciences, o Fundo Vale e o Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas, no Pará.

Programa Segurança e Saúde no Campo: com o intuito de contribuir para melhorias nas questões ambientais e sociais no meio rural, a DuPont desenvolve o programa, que se desdobra em outros três projetos diretamente relacionados à educação de crianças e jovens: os Projetos DuPont Escola, DuPont Natureza e DuPont Universidade.

Programa Tecnocalda: lançado em 2009, pela FMC, o programa consiste na construção e na instalação de uma unidade que integra toda a estrutura e os processos para o manejo de agroquímicos dentro da propriedade rural ou da usina cliente.

Boas Práticas Socioambientais no Agronegócio: desenvolvido pela Monsanto em 2013, tem como objetivo principal apoiar os produtores rurais nesses dois temas, que são fundamentais para o sucesso de seu negócio e que, no entanto, vão além das Boas Práticas Agrícolas e não fazem parte normalmente do dia a dia do agricultor.

Programa Nucoffee Sustentia: em 2006, a Syngenta Proteção de Cultivos lançou o programa com o objetivo de valorizar o café brasileiro, estimular a sua qualidade, implementar Boas Práticas Agrícolas e transparência nas relações comerciais, aproximando o produtor do mercado externo de cafés diferenciados. ■

QUEM TEM BOCA VAI A MILÃO

O MUNDO DO ALIMENTO REÚNE-SE NA EXPO 2015

FLAVIO AZEVEDO
Sócio e diretor de Planejamento em Comunicação da Global Intelligence Group (wearegig.com | fhprole@gmail.com)

DEPOIS DE debater o futuro das cidades em Xangai, em 2010, a Expo mundial debruça-se, agora, sobre um tema que une o rural e o urbano: como vamos comer e beber daqui em diante?

A Expo Milano (que vai até 31 de outubro de 2015) pode ser uma fonte de respostas e inspirações. Em resumo, trata-se de um programa fascinante para qualquer brasileiro, mas é uma missão imperdível para aqueles que têm relacionamento com a cadeia produtiva de alimentos.

Na sua essência, o *marketing* busca valorizar as histórias de produtos, marcas, lugares. Apesar dos grandes avanços do agro brasileiro nas últimas quatro décadas, saindo de importador para líder exportador de alimentos, o Brasil conhece pouco desta saga e de seus heróis.

Nas escolas, nossas crianças aprendem sobre os astronautas norte-americanos e a NASA – ainda jovem, visitei fascinado Cabo Canaveral, em 1985 –, mas por que não ensinamos sobre a Embrapa e os "astronautas" que deram ao nosso País liderança na corrida alimentar? Onde estão as estátuas e as homenagens a estes reinventores tão fundamentais?

Milão pode dar algumas dessas respostas. Em 2009, conduzimos uma pesquisa sobre a imagem do agro brasileiro, com o renomado antropólogo Roberto DaMatta. O objetivo era saber por que nosso campo sofria tanto preconceito se comparado ao orgulho com que os EUA falam de seus caubóis e os europeus de seus vinhos e queijos.

Analisando a literatura, o cinema e, até mesmo, as telenovelas brasileiras, a pesquisa revelou que há cinco séculos somos bombardeados por um imaginário explorador, com raízes históricas verdadeiras, mas que não valoriza a recente Revolução Verde brasileira. Entre as telenovelas "Escrava Isaura" e "Rei do Gado", nossos contadores de histórias passam batido pelos Pelés e Garrinchas do campo brasileiro.

Como, por exemplo, somos "os desmatadores" se temos mais de 60% de nossas florestas nativas de pé, enquanto europeus e norte-americanos têm menos de 1%? Segundo o professor DaMatta, a resposta é simples: "os estrangeiros entenderam a importância de contar suas histórias. Os brasileiros, não. Contem as histórias". Desde 2009, temos ajudado a contar casos reais de sucesso de líderes como Blairo Maggi, passando por associações como CitrusBR, Abiec, UNICA e Andef e empresas como BRF, Monsanto e Grupo Roncador.

Em 2013, foi lançado o projeto Desafio 2050, com coordenação da FAO-ONU, da Embrapa, da Andef e da ABAG, para esclarecer nossos formadores de opinião sobre os desafios e as conquistas da produção de alimentos no Brasil. Foi criado, também, o Prêmio Revolução Verde, com o qual celebramos os "astronautas" brasileiros, que reinventaram o nosso campo (http://revolucaoverde.org).

Hoje, não existe *marketing* eficiente sem histórias reais, celebradas todos os dias. É isso que procuramos fazer aqui e encontramos em Milão. Do "*food diplomacy*" norte-americano (reafirmando a importância estratégica do "conquistar pela boca"), passando pelo milenar e robótico espaço da Coreia do Sul, pelo didatismo israelense da produção sem água e pela valorização da ciência russa, chegando ao lúdico pavilhão brasileiro, são dezenas de atrações imperdíveis que a Expo 2015 oferece. Bom apetite! ■

DIÁRIO DE BORDO

ABC: PROGRAMA CAMPEÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio

NO PRÓXIMO mês de dezembro, realizar-se-á, em Paris, a COP-21, ocasião em que os países do mundo todo voltarão a buscar compromissos para a redução das emissões dos gases do efeito estufa. Assunto complexo e delicado para a agricultura, uma vez que esta pode ser responsabilizada por boa parte das emissões. Mas, com as tecnologias adequadas, a agropecuária será redutora destas emissões.

O Brasil, dada a sua grande participação na produção agrícola e pecuária e dada a sua enorme parcela de áreas florestais intocadas, é um dos países mais observados nessas discussões, e não será diferente em Paris, neste ano. Sempre haverá alguém dizendo que o desmatamento da Amazônia aumentou por causa do avanço desordenado da soja e da pecuária e que a agropecuária brasileira é insustentável. Além da subjacente pressão de concorrentes para reduzir nosso espaço comercial via barreiras não tarifárias, há outros interesses menores nesse tipo de pressão.



Mas, o fato é que temos uma atividade rural sustentável como poucos países tropicais conseguem. E, dentre as ações mais notáveis para reduzir emissões, está o Plano ABC, um verdadeiro campeão da sustentabilidade.

Este Plano, de Agricultura de Baixo Carbono, faz parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/2009, que estabelece como meta reduzir as emissões de GEE até 2020 em 36,1% a 38,9% em relação ao que seria emitido se nada fosse feito. É um compromisso assumido pelo Brasil.

Submetido a consulta pública em 2011, o Plano ABC só foi oficializado em 2013, pela Portaria Interministerial nº 984. O GV Agro, da Fundação Getulio Vargas, criou o Observatório ABC, que vinha monitorando os resultados do Plano desde 2012 e acaba de submeter ao governo brasileiro uma série de sugestões visando ao seu aprimoramento. Acontece que, em 2015, o Plano precisa ser revisado por determinação legal, e nosso Observatório já acumulou grande quantidade de informações sobre como melhorá-lo ainda mais.

Aliás, estudo recente coordenado por Eduardo Assad, da Embrapa e do Observatório, mostra que, se inteiramente aplicados em todo seu potencial, só os programas do Plano ABC podem reduzir, até 2023, cerca de 1,8 bilhão de toneladas equivalentes de CO_2 das emissões brasileiras, mais de dez vezes o projetado para a redução por meio da agropecuária, que foi calculada entre 134 e 163 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes até 2020. Um extraordinário potencial.

Melhorar a governança do Plano, dar amplo conhecimento dele e capacitar produtores e técnicos do setor, manter taxas de juros atrativas a quem aplicar os programas e desburocratizar a liberação de recursos, ao mesmo tempo em que se possa medir transparentemente os resultados das tecnologias (entre as quais se destaca a integração lavoura-pecuária), são algumas das propostas levadas pelo Observatório a vários ministros (da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação, dos Assuntos Estratégicos e de Minas e Energia), além das lideranças da Frente Parlamentar da Agropecuária do Parlamento brasileiro, com respostas muito positivas de todos.

Tomara que a revisão seja feita, pois, assim, teremos algo espetacular para mostrar em Paris. ■

PRODUZIR

MUITO ALÉM DE PARIS

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EM DEZEMBRO de 2015, Paris sediará a Conferência Mundial do Clima (COP-21), que terá a missão de estabelecer um novo acordo de metas para a redução das emissões de gases poluentes, responsáveis pelo efeito estufa e pelo o avanço do aquecimento global. Os 196 países membros reunir-se-ão em busca de um consenso que possa substituir o combalido Protocolo de Kyoto.

Pela primeira vez, o agronegócio brasileiro poderá apresentar-se à sociedade brasileira e à comunidade internacional como parte da solução – e não do problema – para os países enfrentarem as questões provenientes e provocadoras das crises climáticas.

Na percepção da população brasileira, o agronegócio é tido como o grande vilão das questões de sustentabilidade, sobretudo ligadas ao clima e ao desmatamento. A degradação das florestas, especialmente na região amazônica, ainda está no imaginário popular como resultado do avanço da agricultura e da pecuária.

Desfazer esta percepção, culpar a falta de regularização fundiária na região ou, ainda, tentar diferenciar a exploração madeireira do desmatamento ilegal são esclarecimentos complexos para serem absorvidos por boa parte da população. No mercado internacional, o desconhecimento entre a realidade e os mitos em relação às atividades do agronegócio é ainda mais discrepante.

Por essa razão, precisamos admitir que os ganhos de produtividade conquistados pela agropecuária nas últimas décadas são um marcador real de que a atividade está contribuindo de maneira decisiva para uma produção mais compatível com o meio ambiente.

Uma das provas dessa combinação é o aumento da produção num ritmo mais acelerado em relação à expansão da área total de plantio nos últimos anos. O avanço da produtividade não apenas poupou florestas, como colaborou para a redução das emissões e para a ampliação do sequestro de gás carbônico. O Brasil detém a maior área protegida do Planeta e uma das mais rígidas legislações ambientais do mundo. Cerca de 66% do nosso território são cobertos por vegetação nativa, enquanto a produção agropecuária ocupa apenas 9% do País.

O Código Florestal, aprovado em 2012, é um mecanismo efetivo de mitigação de emissões, porque prevê recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL), assim como o desenvolvimento de serviços ambientais.

Esses atributos são um trunfo para tornar o Brasil protagonista nas negociações da COP-21. No entanto, a questão climática não deve ser tratada isoladamente. Se nos apegarmos a uma agenda restrita, corremos o risco de termos retrocessos sociais e econômicos.

A montagem de uma "agropecuária amiga do meio ambiente" precisa ser remunerada pelos mercados brasileiro e internacional, para que a transição para um futuro de baixo carbono possa ser ancorada em oportunidades econômicas e de negócios; caso contrário, esta transformação será insustentável.

Sendo assim, uma estratégia inteligente e concreta de posicionamento do Brasil deverá pensar além de Paris. O que está em jogo nas negociações da Conferência do Clima é muito mais do que resoluções ambientais. Devemos alinhar nosso olhar à perspectiva geopolítica, que abrange as esferas econômica e social. ■



OPINIÃO

ENERGIA RENOVADA PARA UMA VIDA MELHOR

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

ENQUANTO O mundo caminha na direção certa de substituir combustíveis fósseis por renováveis, o Brasil está andando na contramão. Um exemplo deste caminho certo foi o comunicado divulgado pelos líderes do G7, no dia 8 de junho de 2015, apoiando metas ambiciosas para a redução das emissões de CO_2.

Uma das melhores alternativas que o País dispõe em escala comercial e imediatamente disponível para combater o aquecimento global, o etanol, foi colocada no limbo quando políticas econômicas e energéticas favoreceram os combustíveis fósseis em detrimento da bioenergia.

Potencial e capacidade para reverter esse quadro nós temos. O Plano Decenal de Energia elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê o aumento da participação do etanol na matriz brasileira, de 15,5%, em 2013, para 17,7%, em 2022.



Uma medida importante recente foi tomada para atingirmos esta meta, quando aumentamos o percentual de etanol na gasolina, que passou a ser de 27% desde março deste ano, e isso somente ocorreu por iniciativa do Parlamento.

O maior exemplo de que a agricultura paulista trabalha em sintonia com o meio ambiente é como trata o setor sucroenergético. O setor representa 44% do valor bruto da agropecuária paulista, sendo a maior atividade agrícola do estado, uma cadeia virtuosa que precisa de políticas públicas nacionais estáveis e duradouras. O estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar, com 56,2% da produção nacional. Além disso, 50,6% da produção de etanol e 63,5% da de açúcar foram originários das propriedades paulistas, na safra 2013/14.

No estado de São Paulo, temos feito nossa lição de casa: somos pioneiros em pesquisa e desenvolvimento na área de energia gerada a partir da biomassa de cana.

O governo estadual adotou uma série de medidas para melhorar o desempenho do setor. Dentre elas, a redução do ICMS para 12%, o incremento à logística com o apoio à construção do alcoolduto de Paulínia, quando zerou a taxa destinada ao "retrofit", visando, assim, estimular a geração de bioenergia e, também, simplificar a estrutura tributária para estimular a cadeia da cogeração.

Essa confiança pode ser traduzida em números. São Paulo é o maior produtor de bioeletricidade. Somente em março de 2015, a produção nacional de cana-de-açúcar gerou 9.984 MW, dos quais 53% foram provenientes do estado.

O Programa Cana, do Instituto Agronômico (IAC), de Campinas, ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com apoio de agências de fomento estaduais e federais e parcerias com a iniciativa privada, é referência nacional e um exemplo para os países interessados na viabilização da canavicultura sustentável.

Conseguimos desenvolver 22 variedades de cana-de-açúcar para o setor sucroenergético.

Desde a assinatura do protocolo socioambiental do setor (etanol verde) até o final da safra 2013/14, cerca de 7 milhões de hectares deixaram de ser queimados. Assim, o setor deixou de emitir 26,7 milhões de toneladas de poluentes (monóxido de carbono, hidrocarbonetos e material particulado) e 4,4 milhões de toneladas de gases causadores do efeito estufa (metanol e óxido nitroso).

O Brasil pode ser vanguarda em energia limpa. Um dos caminhos é recuperar o etanol, combustível que, competindo com os fósseis, é mais barato e correto ambientalmente. ■

REFLEXÃO

TEMPO DE MUDAR

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Quando a gente acha que tem todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas.

Luis Fernando Veríssimo

AS NOTÍCIAS sobre o Brasil giram em torno da inflação e das pesquisas de popularidade do Governo. As análises indicam, também, que o fundamental ajuste fiscal é, na realidade, base para um crescimento possível, faltando reformas essenciais. Em 2015, não cresceremos, enquanto a economia mundial, com todas as dificuldades, deve ter uma expansão. A balança comercial brasileira é negativa, e somente o agronegócio dá resultado. O País cortou empregos com carteira assinada e mostra deterioração do mercado de trabalho.

Já vimos esse filme anteriormente, e um gosto amargo fica na boca. Os brasileiros viveram esse insucesso e sabem o custo das aventuras heterodoxas em uma economia tão sensível. A dificuldade enorme de acesso ao crédito acaba completando um quadro de estresse a todos que tentam planejar.

A tarefa do Brasil é muito maior. A sustentabilidade requer uma agenda que dê prioridade ao aumento da produtividade da economia; afinal, não se trata apenas da luta pelo ajuste fiscal importante, mas, é claro, da necessidade do crescimento, que é fundamental ao País.

O Brasil rural superou as discussões do Código Florestal e luta pela urgente necessidade de investimentos em logística e infraestrutura que melhorem as perspectivas das margens obtidas por produtividades continuamente crescentes no campo. Vale salientar que, nessa questão, temos propostas concretas sobre as obras prioritárias, sobretudo nos corredores produtores de grãos. Tais investimentos, que efetivamente resultariam em redução do custo, são decisivos, uma vez que certamente o agronegócio brasileiro enfrentará queda dos preços das *commodities* por estoques elevados, como também pela menor taxa de crescimento da China.

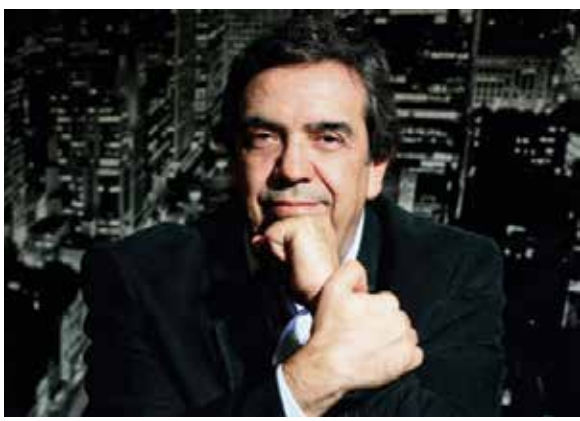
Os índices econômicos, quando tratam do setor, mostram perdas pelos preços internacionais menores, mas, por outro lado, trazem notícias alentadoras quanto à carne brasileira expandindo mercados e quanto às possibilidades da agroenergia para a chamada "descarbonização" da energia, tendo o País caracterizado pelo G7 há menos de um mês, entre outros.

Enquanto os grãos avançam com ganhos constantes de produtividade, a volatilidade dos mercados acompanha as incertezas dos preços do petróleo e mostra a enorme dependência da economia brasileira em relação às *commodities* agrícolas, bem como a necessidade de um novo posicionamento do Governo sobre determinadas cadeias produtivas, como a de cana-de-açúcar.

O tradicional Ethanol Summit, realizado pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), mostrou ângulos interessantes da visão dos atores com posicionamentos de mudanças, mas também enormes dificuldades em aceitá-las, no Governo e no setor privado. Claras dúvidas emergem quando não se tem consenso e não há transparência, justificando os pés nos freios dos investimentos. Há um mês, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, em corajoso posicionamento, mostrou que não haverá aumento da oferta de gasolina doméstica e que o etanol estaria estagnado. A saída para o País seria uma crescente importação de gasolina ou a expansão da oferta de etanol.

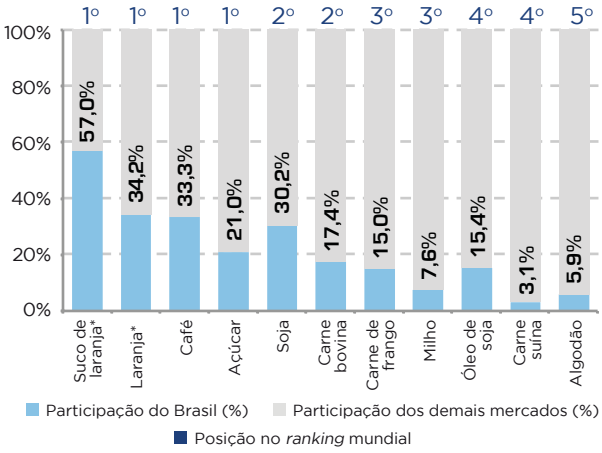
Não há muito tempo para a mudança; cada dia de dúvida e inação é uma mensagem de desesperança que aprofunda o descrédito e cria enormes dificuldades para que o País reencontre o seu caminho.

É preciso ter grandeza e compromisso com os que fazem! O diagnóstico é o de que é preciso mudar e que o Brasil clama por novas respostas às novas perguntas. ■



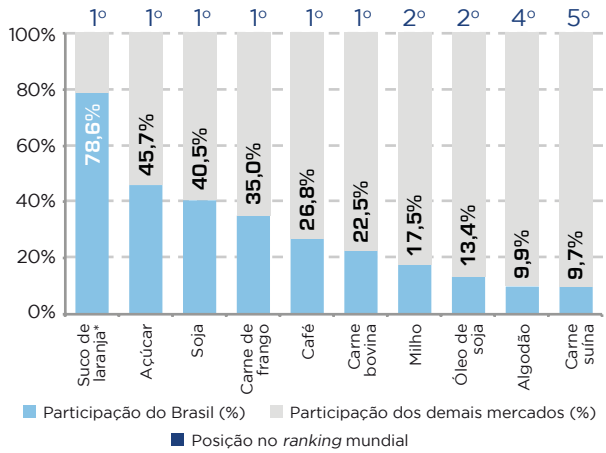
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



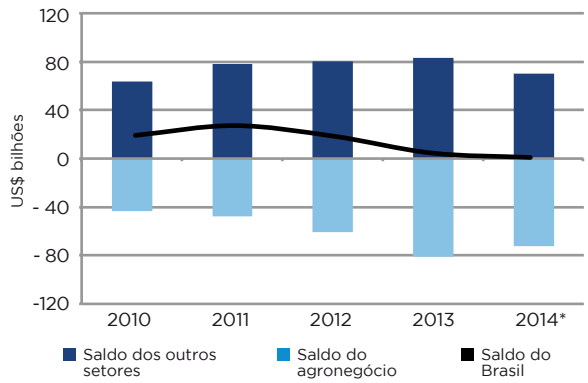
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



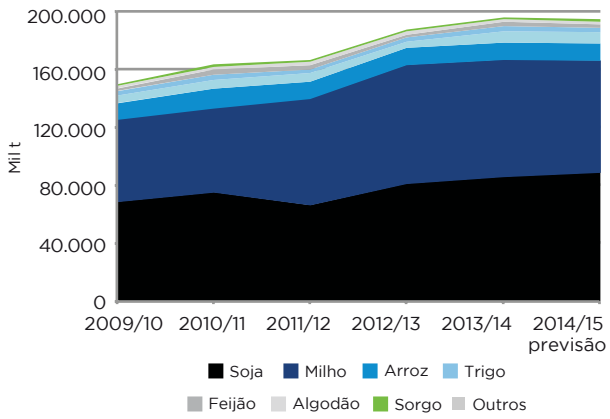
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



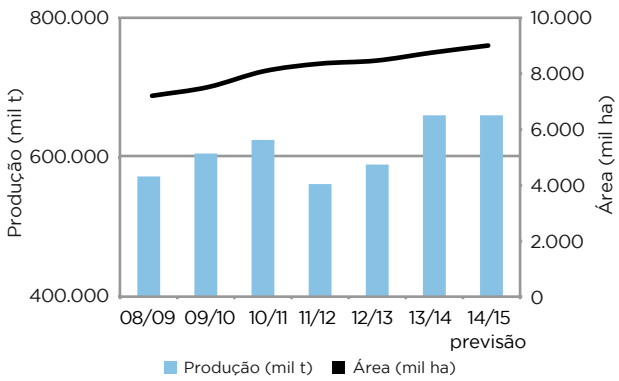
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



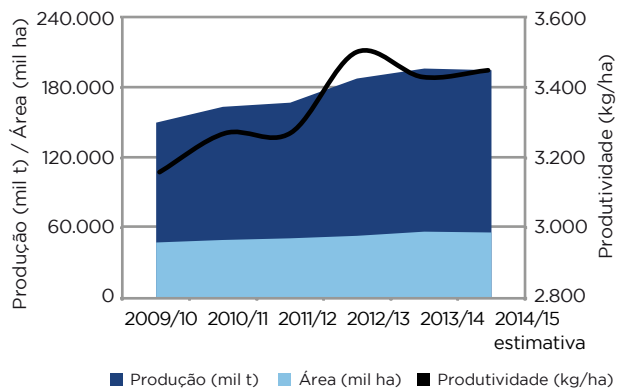
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab